



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

FERNANDA NOBRE DE LIMA

**A EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: TENDÊNCIAS ATUAIS NO CONTEXTO DE
PRECARIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

SOUSA-PB

2017

FERNANDA NOBRE DE LIMA

**A EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: TENDÊNCIAS ATUAIS NO CONTEXTO DE
PRECARIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Campina Grande *Campus* de Sousa Paraíba, como requisito para obtenção do título de Assistente Social.

Orientadora: Prof.^a Mestre Gláucia Maria de Oliveira Carvalho.

SOUSA-PB

2017

FERNANDA NOBRE DE LIMA

**A EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: TENDÊNCIAS ATUAIS NO CONTEXTO DE
PRECARIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

Monografia aprovada em ____/____/____ para obtenção do título de
Assistente Social.

Banca Examinadora:

Orientadora Gláucia Maria de Oliveira Carvalho.
UFCG *Campus* de Sousa

Palloma Maria Gomes Jácome
EXAMINADORA

Juliana e Silva de Oliveira
EXAMINADORA

DEDICATÓRIA

Com muito carinho, dedico este trabalho a minha amada mãe Maria de Fatima Nobre de Lima (In memoriam), ao meu pai Silvano José de Lima, pelas diversas lições de vida que me repassaram e aos irmãos: Matheus Nobre de Lima e Márcio Silvério Nobre de Lima.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, ser supremo.

Ao meu pai Silvano, pelo apoio incondicional durante toda minha jornada acadêmica.

A meus irmãos, pelo companheirismo e paciência.

As minhas tias: Joelma Maria, Eva Maria e Ana Lúcia Nobre.

A minha orientadora Glaucia Maria de Oliveira Carvalho pela orientação neste trabalho.

À mesa examinadora.

A Wellington Henriques de Oliveira, pela convivência e parceria.

Aos estudantes de Serviço Social da UFCG que contribuíram ao responder a pesquisa.

Á todos os professores do curso de Serviço Social da UFCG Campus de Sousa

Aos colegas de turma pelas amizades firmadas.

Agradeço a UFCG Campus de Sousa pela oportunidade do curso.

Agradeço a todos e contribuíram de forma direta e indireta na realização deste trabalho.

***Não é a consciência do homem que lhe determina o ser,
mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a
consciência.***

(Karl Marx)

RESUMO

A evasão discente nas instituições de ensino superior torna-se cada vez mais frequente e esse problema exige reflexões sobre suas origens e a busca de soluções mais eficazes para evita-lo, uma vez que acarreta danos de natureza social e econômica não só ao indivíduo evadido, mas também a instituição de ensino. Nesse contexto, tivemos como objetivo analisar os condicionantes para o processo de evasão do ensino superior no curso de Serviço Social da UFCG. O estudo contou a revisão bibliográfica de autores que tecem análises sobre o tema e serviu de suporte para a investigação requerida, bem como dispôs da análise de documentos que institucionalizam a assistência estudantil no Brasil. A pesquisa empírica foi realizada com estudantes do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande Campus de Sousa, através da aplicação de questionário. Identificamos que a maioria dos alunos da instituição em questão é advinda de outras cidades, de modo que muitos deles possuem dificuldades no que diz respeito à moradia, a problemas financeiros, a locomoção na cidade, entre outros problemas, questões que geralmente os programas de assistência estudantil da instituição referida não abarcam. A luta pela ampliação da educação pública em todos os níveis está associada à luta por medidas que garantam a permanência dos estudantes no ensino superior.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Ensino Superior. Evasão. Assistência Estudantil. Serviço Social.

ABSTRACT

The student dropout in higher education institutions is becoming more frequent and this problem requires reflection on its origins and the search for more effective solutions to avoid it, since it entails damages of a social and economic nature not only to the individual who has escaped, but also the educational institution. In this context, we had as objective to analyze the conditions for the process of avoidance of higher education in the course of Social Service of the UFCG. The survey was conducted with students of Social Work course at the Federal University of Campina Grande Campus de Sousa, through a questionnaire with seventeen questions from closed questions and multiple choice, documentary research and literature of authors who weave analysis on the topic served as support for the required research. The target audience for conducting the survey in the course of Social Service was twenty-six students enrolled by the end of the second half of 2014.2, divided into three classes. Most of the students are women (92%), single / as (69%), with varying age (16 years to over 40 years) and live with their parents (65%). It is noticed that a large percentage of students of the institution in question is arising in other cities, so that many of them may have difficulties with regard to housing, the financial problems, the mobility in the city, among other problems. The struggle for the expansion of public education at all levels is associated with the struggle for measures to ensure the permanence of students in higher education.

Keywords: Public policy. Higher education. Students. Evasion. University. Social service.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CCJS - Centro de Ciências Jurídicas e Sociais

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

EAD – Educação a Distância

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES - Instituições de Ensino Superior

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

MEC - Ministério da Educação

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PPC's - Projetos Pedagógicos dos Cursos

PRAC - Pró-reitoria de Assuntos Comunitários

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SISU - Sistema de Seleção Unificada

SUAS - Sistema Único da Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

UEL - Universidade Estadual de Londrina

UFMG – Universidade Federal de Campina Grande

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Idade dos estudantes de Serviço Social da UFCG Campus de Sousa.....	43
Gráfico 2	Estado civil dos estudantes de Serviço Social da UFCG Campus de Sousa.....	45
Gráfico 3	Moradia dos estudantes de Serviço Social da UFCG Campus de Sousa.....	46
Gráfico 4	– Estado de origem dos estudantes de Serviço Social da UFCG Campus de Sousa.....	47
Gráfico5	– Cidade de origem dos estudantes de serviço social da UFCG Campus de Sousa.....	48
Gráfico 6	– Zona em que os estudantes de Serviço Social da UFCG Campus de Sousa residem.....	49
Gráfico 7	– Renda mensal dos estudantes de Serviço Social da UFCG Campus de Sousa.....	50
Gráfico 8	– Ocupação dos estudantes de Serviço Social da UFCG Campus de Sousa.....	51

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A CRISE CAPITALISTA E A PARTICULARIDADE BRASILEIRA: REFLEXOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	14
2.1 A crise capitalista na década de 1970 e os seus reflexos no Brasil	14
2.2 Os rebatimentos da crise na política educacional brasileira e a mercantilização do ensino superior	19
3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXOS DA PRECARIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA	24
3.1 A Assistência Estudantil e a realidade da Universidade Federal de Campina Grande.....	24
3.2 A farsa da democratização da educação superior: a evasão como reflexo perverso dessa lógica.....	28
3.3 Os programas da Assistência Estudantil oferecidos na UFCG/CCJS	32
4 A ASSISTENCIA ESTUDANTIL NA REALIDADE DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (CAMPUS DE SOUSA)	37
4.1 O curso de Serviço Social na Universidade Federal de Campina Grande ...	37
4.2 O perfil socioeconômico dos estudantes do Curso de Serviço Social	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
6 REFERÊNCIAS.....	60
APÊNDICES	67
APÊNDICE I.....	68
APÊNDICE II.....	70

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe-se a analisar os condicionantes para o processo de evasão do ensino superior no curso de Serviço Social da UFCG, refletindo sobre o perfil econômico dos alunos do curso mencionado, a fim de mensurar a contribuição desse condicionante nessa problemática.

Assim, os condicionantes econômicos pode ser um dos fatores limitantes para a permanência do estudante no ensino superior, daí a necessidade de investimento em programas de assistência estudantil eficazes para a manutenção dos discentes na Universidade.

Embora sempre existisse, a evasão de estudantes se tornou alvo das políticas públicas, quando passou a figurar entre os indicadores da planilha de alocação de recursos para as universidades do sistema federal, na segunda metade da década de 1990. A partir disso, o tema da evasão entrou para a agenda de conhecimentos e estudos a serem efetuados.

Diante das mudanças da atual política do Ministério da Educação, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's), muitas vezes, precisam adequar-se aos sujeitos que nele se interessam em ingressar. Nesse sentido, gestores, coordenadores e professores deverão estar atentos aos processos de transformação do ensino-aprendizagem, como também ao perfil do alunado, atualmente, recrutado das camadas mais pauperizadas da população.

O interesse em estudar a problemática em questão partiu de motivações pessoais e intelectuais, uma vez que durante nosso processo formativo vivenciamos todas as dificuldades da condição socioeconômica de um estudante-trabalhador, bem como a realização do nosso estágio curricular obrigatório no setor de assistência estudantil da UFCG Campus/Sousa, no qual pudemos identificar alguns determinantes referentes a essa problemática, como a insuficiência de recursos para os programas em questão. Outro aspecto que nos motivou a levar adiante o estudo foi a constatação de que, não tinha na UFCG muitas informações disponíveis sobre quem são os(as) estudantes que escolheram o curso de Serviço Social, onde e como vivem, e o que esperam da profissão frente ao mercado de trabalho.

O estudo é de caráter quantitativo fundamentalmente de cunho exploratório, considerando que esse tipo de pesquisa “responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser

quantificado” (MINAYO, 2010, p. 21-22). O método utilizado no processo de investigação e exposição dos dados foi o crítico dialético, visto que nos permite analisar o objeto de estudo numa perspectiva de totalidade, compreendendo os determinantes que o perpassam, como os sociais, econômicos, políticos e culturais.

Assim, realizamos revisão bibliográfica de autores que tecem discussões pertinentes sobre nossa temática como: Netto (2009) e Iamamoto (2010). Fizemos análise documental de leis, decretos e resoluções que institucionalizam a assistência estudantil.

Num segundo momento do estudo realizamos coleta de dados empíricos com estudantes do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande Campus de Sousa, Estado da Paraíba no ano de 2014¹, através da utilização de questionário. O referido instrumento de coleta de dados foi organizado com vinte e uma perguntas, entre perguntas fechadas e de múltipla escolha, de forma ordenada e objetiva, incluindo informações como a situação social, econômica, ligadas ao interesse pelo curso, com a participação direta do pesquisador.

O público alvo para realização da pesquisa no curso de Serviço Social foram 26 (vinte e seis) estudantes matriculados, a participação dos mesmos ocorreu de forma voluntária, distribuídos em três turmas: a primeira turma do curso, a segunda e a terceira turma, sendo que todos os discentes responderam ao questionário. A aplicação ocorreu de forma aleatória nas salas, dessa forma impossibilitando saber quantos alunos de cada turma responderam ao mesmo.

Após seu preenchimento, os questionários foram recolhidos e os dados, organizados, sistematizados e analisados a partir da técnica de análise de conteúdo, associada às reflexões teóricas construídas no trabalho, considerando os indicadores sobre sexo, idade, estado de origem, local de moradia, se tem filhos, se trabalha, renda familiar, se o concluiu o ensino médio em escola pública ou privada, como se deu o ingresso no curso de Serviço Social, se é bolsista, sobre a escolha do curso, se pretende concluir o curso e se vai atuar na área depois de formado.

O trabalho está estruturado em cinco seções, a primeira é composta pela Introdução e a última pelas considerações finais. Na segunda seção, procuramos resgatar as principais referências teóricas para a abordagem do problema da evasão

¹O estudo empírico foi realizado na ocasião de uma pesquisa para avaliação parcial de uma disciplina durante a graduação, diante de algumas indagações que ficaram pertinentes sentimos a necessidade de aprofundar o estudo.

no contexto da educação superior, com ênfase na crise capitalista e os impactos que a mesma provoca na política de educação, especificamente no ensino superior.

Na terceira seção, abordamos a assistência estudantil e a evasão no ensino superior, trazendo os reflexos de sua precarização na universidade pública, destacando os programas oferecidos pela assistência estudantil na UFCG/CCJS

Na quarta seção, apresentamos a particularidade do curso de Serviço Social da UFCG, caracterizando o perfil dos estudantes, considerando-se as questões socioeconômicas e culturais dos mesmos e como essas interferem na permanência no curso.

Nossa proposta de estudo é importante para os docentes, os coordenadores e, também, para os discentes analisarem e proporem metas para o desenvolvimento do curso, para contribuir no processo de formação profissional, reforçando os pontos positivos, ou seja, na perspectiva de buscar a qualidade do ensino, no que se refere à melhoria do acesso aos programas de assistência ao estudante.

2 A CRISE CAPITALISTA E A PARTICULARIDADE BRASILEIRA: REFLEXOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Para melhor compreender a evasão estudantil na Universidade Federal de Campina Grande (Campus Sousa) é necessário, primeiramente, compreender que essa problemática está inserida em uma conjuntura mais ampla, tendo em vista não estar isolada da realidade em sua totalidade.

Portanto, nosso ponto de partida é a crise capitalista, tanto no contexto internacional como também nacional, não pretendendo aqui trazer todos os elementos que envolvem esta realidade, mas minimamente compreender as consequências dessa crise para a sociedade brasileira, em particular para o Ensino Superior.

2.1 A crise capitalista na década de 1970 e os seus reflexos no Brasil

As crises são parte constitutiva do modo de produção capitalista desde o seu nascimento, no entanto, tomaremos por base neste trabalho a crise estrutural de 1970, tendo em vista sua magnitude e durabilidade, pois, de acordo com alguns autores de grande influência no Serviço Social, como István Mészáros e José Paulo Netto, entre outros, os efeitos dessa crise se arrastam até os dias atuais.

Conforme Netto (2012), as crises são parte constitutiva do sistema capitalista desde a sua ascensão e, dessa forma, pode-se afirmar que não existe capitalismo sem crise. Porém essas crises não conduzem o modo de produção capitalista ao seu fim, pelo contrário, são nesses momentos que se desencadeiam intensos movimentos reestruturadores e restauradores, que renovam e fortalecem a lógica do grande capital.

Assim, na década de 1970, o capitalismo passou a vivenciar uma crise com características peculiares, características inéditas, se comparada com as crises anteriores. Em virtude dessas particularidades, alguns autores denominam a crise iniciada em 1970 como crise estrutural, tratada por Mészáros (2002) e crise sistêmica, apontada por Netto (2012, p. 415, *grifos do autor*): “A crise sistêmica se manifesta envolvendo *toda a estrutura* da ordem do capital”.

A crise iniciada na década de 1970 possui um caráter global, de alcance mundial e de longa duração, segundo Mészáros (2002), provocada pelo intenso

processo de globalização e mundialização nos quais a sociedade contemporânea está inserida, o que permite ao capital estar presente nos mais diferentes lugares que fazem parte do globo terrestre.

O processo de mundialização e a expansão de tecnologias e materiais provocaram a universalização, um dos traços que caracteriza a crise de 1970 como uma crise estrutural, que “[...] atinge o sistema global do capital não somente no aspecto financeiro/monetário, mas em todas as dimensões essenciais [...]” (MÉSZÁROS *apud* PIMENTEL, 2007, p. 159).

As formas mais concentradas do capital – capital financeiro predominantemente industrial ou capital de investimentos financeiro “puro” – beneficiam-se, então, de um campo de operações e de um espaço de dominação que se estende sobre grande parte do planeta [...] (CHESNAIS, 2000, p. 08).

Durante a crise de 1970, houve um aumento do desemprego em grandes proporções em decorrência da inserção de tecnologias, no qual mulheres, jovens e imigrantes foram empregados mesmo sem muita qualificação, com baixos salários. Dessa forma, o desemprego chegou a atingir números aproximados a 17 milhões nos países imperialistas (MANDEL, 1990).

Desencadeou-se, nesse momento, um conjunto de medidas político-administrativas para além de modelo de produção industrial, a chamada Reestruturação Produtiva, sendo implantadas novas formas de organização na produção e na reprodução social, abandonando o modelo fordista-keynesiano², substituindo-o por um padrão flexível, o que acarreta desterritorialização da produção, implantação de novas tecnologias e formas de organização do trabalho, acompanhada de processo intenso de desemprego e da precarização do trabalho (MOTA, 2009).

De acordo com Mota (2005, p. 65).

[...] a reestruturação produtiva é uma iniciativa inerente ao estabelecimento de um novo *equilíbrio instável* que tem, como exigência básica, a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, tanto na esfera da produção como na das relações sociais.

² Esse modelo baseia-se “na incorporação de demandas trabalhistas, aumento da produção e do consumo operário e o estabelecimento de uma relação negociada ente Estado, capital e trabalho, como expressão concreta de ideologias que defendiam a possibilidade de compatibilizar capitalismo, bem-estar e democracia” (MOTA, 2009, p.06)

As estratégias utilizadas para superação dessa crise e a recuperação das altas taxas de lucro do grande capital, de acordo com Netto (2012), têm provocando intensas transformações em toda estrutura societária, ou seja, afeta os âmbitos econômico, político, social e cultural, tendo como principais consequências a flexibilização da produção e a desregulamentação no mundo do trabalho.

Verificamos, ainda, uma expansão da terceirização e precarização das condições de trabalho, um alto índice de desemprego, o rebaixamento dos salários e um verdadeiro desmonte no Sistema de Seguridade Social, o que torna ainda mais degradante a vida da classe trabalhadora que passa a aceitar quaisquer formas e condições de trabalho. Marx já dizia isso, quando afirma que:

A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas e acelera as mesmas a produção do exército industrial de reserva numa escala correspondente ao progresso da acumulação social (MARX, 2003 *apud* FALCÃO s/d, p. 04).

Segundo Antunes (1996, p.81), esse processo desencadeia a flexibilização ou “desmontagem” dos direitos do trabalhador, colocando-o no que o autor denomina de *subtrabalho*: “[...] uma precarização dos trabalhadores, de modo que flexibiliza e dá efetividade a um modo de produção essencialmente destrutivo e que também destrói a mercadoria força de trabalho”.

Emergem novas formas de se gerar valor, novos e promissores nichos mercado, com isso esconde a verdadeira face da “super exploração do trabalho” (ANTUNES, 2012), através do voluntarismo, cooperativismo, empreendedorismo, “moda” na sociedade contemporânea. Além da estreita relação que se estabelece entre o público e o privado, onde abre-se as portas para as ONG’s e instituições privada na prestação de serviços que deveriam ser prestados pelo Estado, gratuito e com qualidade.

Em síntese, essa conjuntura desencadeia intensas transformações e mudanças na estrutura societária, envolvendo a totalidade da vida social, através do processo de reestruturação produtiva e a implantação do projeto neoliberal que prevê a redefinição do papel do Estado e tem como base o tripé: flexibilização, desregulamentação e privatização, que consistem, respectivamente, na flexibilização da produção e das relações de trabalho; desregulamentação das relações de

comércio e circuitos financeiros; e a privatização do patrimônio público (NETTO, 2012).

Com a introdução das medidas neoliberais, cabia aos Estados nacionais promoverem condições necessárias para tal desenvolvimento das medidas adotadas, o que previa minimizar sua intervenção, reduzir os gastos com o social e permitir a entrada do capital internacional no seu território, para maior valorização do mercado. No Brasil, esse processo ocorre num cenário de recém promulgação da Constituição Federal de 1988, e se intensifica nos anos de 1990, com a implantação das medidas de “reforma” do Estado brasileiro.

Essa tentativa de retomada dos lucros intensifica, ainda mais, o processo de exploração do trabalho, especialmente dos países periféricos, como o Brasil, se tratando de um país caráter dependente e subalterno, a crise se instala e assume condições ainda devastadoras, seguindo “a risca” as determinações do Banco Mundial e do capital internacional.

A contrarreforma³ do Estado brasileiro, segundo Elaine Behring (2008), é uma determinação dos organismos multilaterais: Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), para os países periféricos, onde está incluído o Brasil, como uma estratégia de recuperação da crise iniciada em 1970.

No Brasil, ela dá-se na década de 1990, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), através da elaboração do Plano Diretor de Reforma do Estado (PDRE), realizada pelo então ministro, Bresser Pereira. Esse documento apresenta um conjunto de medidas a serem seguidas, com objetivo de reverter o quadro de instabilidade econômica e política do país (BEHRING, 2008).

Segundo Behring (2008), a implantação do PDRE foi justificada pela necessidade de diminuir a dívida brasileira, pois isso dificultava as possibilidades de crescimento econômico. Entretanto, ao contrário do que pretendia o referido plano, as medidas da contrarreforma desencadearam um endividamento ainda maior aos cofres públicos. Nas palavras da autora:

Trata-se de um conjunto de medidas fundamentais para o conjunto da contra-reforma, justificadas em nome de uma inserção global competitiva, da diminuição da dívida pública e da mobilização de

³O termo contrarreforma é usado pela autora por entender que a reforma em desenvolvimento é incompatível com as transformações ocorridas no Brasil em 1990, pois não se trata de transformações reais e efetivas. Para melhor compreender esse momento ler Behring (2008).

recursos para a intervenção na área social, conforme os documentos oficiais. (BEHRING, 2008, p. 228)

As privatizações, ao contrário do que expressava o PDRE, não promoveram as mudanças esperadas. Nesse sentido, cabe destacar que as estatais foram vendidas a baixíssimos preços e o Estado acabou arcando com as dívidas deixadas pelas empresas compradoras.

Junto ao processo de privatização, a flexibilização das relações de trabalho é uma das principais expressões e consequência do processo de contrarreforma do Estado, que ao contrário do discurso dos neoliberais, desencadeou num processo intenso de precarização das condições de trabalho e o aumento do desemprego em solo brasileiro.

Verificamos o agravamento da “questão social⁴” através das precárias condições de vida da classe trabalhadora que demandam, sobretudo, respostas do Estado para seu enfrentamento. Porém, com a ofensiva neoliberal, o enfrentamento dado às expressões da questão social se dá através de políticas focalizadas e pela via do próprio mercado.

Cabe destacar que, a lógica das privatizações atinge os setores produtivos, mas também atinge as políticas sociais, que vêm sofrendo um intenso processo de privatização, desencadeando a precarização das condições de vida da classe trabalhadora, em meio a realidade do desemprego, tendo muitas vezes que pagar para ter acesso aos serviços que deveriam ser ofertados pelo Estado, apontados na Constituição Federal de 1988 como direitos (BEHRING, 2008).

Conforme discute Lima (2007) em seus estudos, uma das políticas sociais fortemente atingidas pela lógica mercantil foi a Política de Educação, se tornando um importante nicho de mercado, principalmente a Educação Superior, pois, houve um intenso processo de privatização e precarização do ensino público, com o sucateamento da universidade pública e o crescimento desmedido de instituições privadas, especialmente de ensino à distância, do qual passaremos a tratar a partir do próximo tópico.

⁴ A questão social, de acordo com Yamamoto(2008, p.147), é definida como um conjunto de problemas econômicos, políticos e sociais, tendo como principais expressões “[...] o retrocesso do emprego, a distribuição regressiva de renda e a ampliação da pobreza, acentuando as desigualdades nos estratos socioeconômicos, de gênero e localização geográfica urbana e rural, além de queda nos níveis educacionais dos jovens”.

2.2 Os rebatimentos da crise na política educacional brasileira e a mercantilização do ensino superior

A reestruturação da educação superior no Brasil inicia-se ainda durante a década de 1990, tendo como uns dos principais objetivos “a constituição de uma promissora área de investimentos para o capital internacional em busca de novos mercados e novos campos de exploração lucrativa” (LIMA, 2007, p.125), seguindo os ditames dos organismos internacionais na busca pela recuperação da crise vivenciada na atual conjuntura.

A Política de Educação passou a ser considerado um nicho de mercado muito promissor, especialmente o Ensino Superior, que sofre um profundo processo de privatização. A redução significativa de verbas públicas destinadas a esta política, ocasionaram o sucateamento da universidade pública, promovendo assim um grande incentivo ao empresariamento do ensino superior, orientado pelos organismos internacionais, tendo como objetivo o enquadramento dos países periféricos na economia mundial (LIMA, 2007).

Um marco importante nesse processo, foi a promulgação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) de 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso que, em completa sintonia com a política de privatização e os ditames do Banco Mundial, traz um conjunto de medidas que respondem a necessidade do mercado, como por exemplo, o incentivo a diversificação das instituições e dos cursos e das fontes de financiamento da política educacional, excluindo a questão da gratuidade o ensino.

A educação passa a ser vista como um serviço e não um direito social, podendo, dessa forma, ser oferecido não somente pelo Estado. Outro importante fato em 1998 foi a elaboração do documento “Serviços de educação”, no qual verifica-se o privilegio dado a educação na modalidade à Distância (EAD⁵), dando efetividade a diversificação das Instituições de Ensino Superior (IES) e as diferentes fontes de financiamento colocada na LDB, através de parcerias público/privado, que tem como argumentação e justificativa o discurso de ampliação do acesso ao ensino superior (LIMA, 2007).

⁵ Vale destacar que o Ensino a distância já estava regulamentado pela LDB de 1996 em seu Art. 80: “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”.

Portanto, o Ensino a Distância foi regulamentado através da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) de 1996, ganhando cada vez mais espaço no Ensino Superior, inclusive na pós-graduação. Outros documentos importantes que merecem destaque são: os Decretos nº 2.494/98 e nº 2.561/98 e a portaria do Ministério da Educação e Cultura (MEC) nº 301/1998 que regem as regras de inserção e credenciamento dessas instituições.

A lógica de mercantilização do Ensino Superior tem continuidade nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) (2003-2016), mesmo tendo chegado ao poder através de uma campanha em oposição ao governo anterior, com propostas opostas, houve uma intensificação do processo de privatização da Educação, bem como incentivo ao setor privado, através do repasse de recursos públicos para o mesmo. Como afirma Pinto (2007), durante o governo Lula, houve uma intensa abertura para o empresariamento da educação, chegando a transformá-la em um setor quase que completamente oferecido pelo setor privado.

A reformulação da educação superior realizada pelo governo Luís Inácio Lula da Silva encontra-se inserida em um amplo reordenamento do Estado brasileiro, caracterizado pela sistemática diluição das fronteiras entre público e privado, a partir da materialização da noção de público não estatal operada pelas parcerias público-privado. Esse processo atravessou o governo Cardoso, quando a educação foi incluída no setor de atividades não exclusivas do Estado (SILVA JR; SGUISSARDI, 1999), e continua sendo aprofundado pelo governo por meio de mais uma fase da reforma da educação superior (NEVES, 2004; NEVES e SIQUEIRA, 2006; LIMA, 2007).

O governo Lula dá continuidade a lógica de privatização e flexibilização iniciadas durante a década de 1990, não rompendo com a lógica da política neoliberal. De acordo com Pinto (2007, p. 06-07):

a proposta de governo *Lula* para educação, bem como para outras áreas que compõem o sistema de proteção social do país, põe em questão a noção de direito social porque o projeto do governo para educação superior e o conjunto de contra-reformas como a sindical, trabalhista, sanitária e previdenciária, tem um só eixo: diluir a fronteira entre o público e o privado (PINTO, 2007, p. 06-07 *grifo nosso*).

A política educacional, dessa forma, se transformou em um espaço bastante lucrativo para o grande capital, no qual observa-se a quase total

desreponsabilização do Estado na oferta de um Ensino Superior gratuito e a entrega do que deveria ser um direito de todos ao empresariado. Tal processo foi iniciado ainda durante o governo FHC e aprofundado durante os governos do PT (Lula e Dilma).

Podemos exemplificar as afirmações realizadas acima citando o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)⁶ implantado em 2001 e o Programa Universidade para Todos (ProUni)⁷, ambos tem como objetivo o repasse de recursos públicos para o setor privado, sob o mote da universalização do acesso ao ensino superior (LIMA, 2007).

Não podemos esquecer a Universidade Pública, fortemente atingida pela lógica mercantilista imposta à Política Educacional. O Ensino Superior Público vem sofrendo um intenso processo de sucateamento, especialmente com implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)⁸ que impõe diversas mudanças na estrutura e na organização das Universidades Públicas.

Esse programa objetiva expandir e ampliar do número de vagas nas universidades e possibilitar a permanência dos estudantes na mesma. De fato, houve um aumento no número de vagas, abertura de novos cursos, principalmente no interior. Podemos citar como Exemplo o curso de Serviço Social na Universidade Federal de Campina Grande – Campus Sousa, fruto do programa REUNI.

No entanto, apesar da ampliação das vagas, o governo não disponibilizou as condições necessárias para que se promova uma formação de qualidade, abarcando o tripé da universidade: Ensino, Pesquisa e Extensão, pois não há uma estrutura física adequada das unidades de ensino, o número de professores é insuficientes e a Assistência Estudantil não consegue, muitas vezes, abarcar toda

⁶Regulamentado pela Lei nº 10.260/2001, é um programa do Ministério da Educação (MEC) que financia cursos superiores não gratuitos com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES(www.mec.gov.br).

⁷O ProUni é um programa que tem como finalidade de conceder bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específicas, em instituições de ensino superior privadas. Foi criada em 2004 e regulamentada através da Lei nº 11.096/2005, e tem como contrapartida para as instituições que aderirem ao programa a isenção de tributos. (www.mec.gov.br).

⁸O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi implementado por meio do Decreto nº 6.096/2007, e tem como objetivo ampliar o acesso e a permanência dos alunos no ensino superior. Pretende-se dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008 e permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação (www.mec.gov.br).

demanda que surge.

A universidade se transforma no que Marilena Chauí (2003) denomina “Universidade Operacional”, onde prevalece a lógica produtivista, a quantidade em detrimento da qualidade, promovendo uma formação imediatista e tecnicista, distanciando a Universidade do seu papel social de formadora de conhecimentos, cuja base é constituída pelo tripé Ensino, Pesquisa e Extensão.

Segundo Chauí (2003) a pesquisa se torna um mero instrumento de coleta de dados, que tem como principal objetivo obter dados para produzir uma intervenção imediata e responder os interesses do mercado. A universidade passa a ser uma organização social, sob a qual

[...] a pesquisa não é o conhecimento de alguma coisa, mas posse de instrumentos para intervir e controlar alguma coisa. Por isso mesmo numa organização não há tempo para reflexão, a crítica, o exame de conhecimentos instituídos, sua mudança ou sua operação. Numa organização, a atividade cognitiva não tem como nem por que se realizar (CHAUÍ, 2003, p.07).

Esse processo é visivelmente aprofundado durando o governo Lula, onde a educação é medida pela produtividade e o lucro que gera ao mercado, o ensino técnico e os cursos voltados para a tecnologia recebem maiores incentivos (GUERRA, 2013). A educação agora deixa de ser um serviço exclusivo do Estado, de caráter tecnicista, preparando os discentes única e exclusivamente para o mercado de trabalho, de forma acrítica e a-histórica.

Sob a grande propaganda “universalização do ensino superior”, os governos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), principalmente, foram responsáveis pela expansão da privatização do Ensino Superior, com crescimento desmedido de instituições de ensino privado nas modalidades presencial e à distância, que hoje são maioria no nosso país, bem como o sucateamento das universidades públicas, que hoje tem seus recursos drasticamente reduzidos, com quadro de funcionários insuficientes, estruturas físicas precárias e uma Assistência Estudantil que não consegue viabilizar a permanência de muitos alunos na universidade.

Diante deste cenário, fica evidente que a universidade pública vive tempos sombrios, tendo em vista a totalidade, é fundamental destacar que a evasão do ensino superior está relacionada também a essa realidade, não sendo assim um problema local, mas que está envolvido numa conjuntura bem mais ampla.

Não pretendemos aqui fazer todo resgate da crise e apontar todas as

problemáticas que envolvem a universidade, porém para chegar ao nosso objeto foi necessário fazer essa breve reflexão pela realidade que envolve o espaço sobre o qual realizamos nosso estudo. A partir de agora passaremos a tratar mais especificamente sobre a evasão no ensino superior e o papel da Assistência Estudantil nessa lógica.

3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: reflexos da precarização na Universidade pública

Antes de realizarmos as considerações no tocante a precarização da Assistência Estudantil na UFCG/CCJS/Campus Sousa, é interessante enfatizar de forma conceitual o que corresponde à Assistência Estudantil.

A Política de Assistência Estudantil (PNAES), decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 visa criar condições objetivas de permanência do estudante de baixa renda familiar na Universidade com a finalidade de evitar uma das principais causas responsáveis pela evasão escolar e a repetência, que são a falta de condições financeiras para custear suas despesas básicas durante o período de vida acadêmica.

3.1 A Assistência Estudantil e a realidade da Universidade Federal de Campina Grande

É no Reuni que a assistência estudantil encontra as condições propícias para ser regulamentada. O Reuni, enquanto uma das principais políticas que compõem a reforma da educação superior em andamento estabelece como suas diretrizes:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltada à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e Assistência Estudantil;
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007).

As ações de assistência estudantil são destinadas aos estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação e devem ser desenvolvidas pelas IFES de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão nas

seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Em dezembro de 2007, o governo instituiu, através da Portaria Normativa do MEC nº 39, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, a ser implementado a partir de 2008. O programa considera a centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal (BRASIL, 2010, p. 01).

O PNAES indica a prioridade do atendimento de um determinado público: estudantes de graduação presencial, preferencialmente de primeira graduação, oriundos de escola pública e com renda per capita de até um salário mínimo e meio. Porém, não restringe o atendimento somente a este público, permitindo que as IFES definam outros requisitos.

Silveira (2012) pesquisou 14 IFES e identificou que a maioria delas oferecem ações em consonância com as linhas de ação previstas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil, prevalecendo programas que ofertam bolsas ou auxílios financeiros para subsidiar gastos com moradia, alimentação e transporte. Também identificou que são poucas as instituições que já possuem residências e restaurantes universitários, e que estes serviços existem principalmente nas universidades mais antigas.

As políticas de assistência ao estudante na UFCG são vinculadas a Pró-reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC), na qual cada campus tem autonomia para conduzir os processos de gerenciamento desta política. Ela é expressa através de programas de apoio a moradia (residências universitárias), apoio a alimentação (restaurantes universitários), programas de bolsas que contribuam para a permanência do aluno no campus.

No caso da UFCG, estes programas são regidos por editais de seleção para bolsas de apoio ao estudante, programas de residências universitárias e restaurantes universitários. Tais programas estão presentes nos 07 campi, distribuídos nas cidades de Campina Grande, Patos, Pombal, Sousa, Cajazeiras, Sumé e Cuité.

É importante salientar, que na referida instituição, o/a discente poderá ter acesso ao restaurante universitário, haja vista que o mesmo é aberto a todos os discentes, e não se tem a seleção pelo perfil socioeconômico dos/as mesmos/as, ao contrário do CCJS, que não tem essa particularidade, dessa forma o discente deve concorrer a vaga através de processo seletivo da assistência estudantil.

Algumas universidades optaram por desenvolver as ações por meio de repasse financeiro direto ao estudante, em ações como Bolsa Moradia, Bolsa Alimentação, Bolsa Transporte e Bolsa Permanência (SILVEIRA, 2012).

Cabe destacar que na UFCG/Campus Sousa não existe o auxílio moradia⁹, todavia, na sede da UFCG em Campina Grande existe, cujo valor é de quatrocentos reais. Esse valor é repassado aos discentes para auxiliar nos gastos com moradias. Desse modo, esse fato é constatado em virtude do elevado quantitativo de discentes do campus de Campina Grande que buscam o acesso a residência universitária, bem como aos programas da Assistência Estudantil, em que se observa que a demanda, é bem maior que a oferta de vagas existentes.

O referido programa tem como objetivo

Prestar assistência a estudantes de graduação na modalidade presencial da UFCG/Campus I em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que não possuem condições de moradia nas proximidades do Campus, através do recebimento de auxílio mensal para custeio de moradia e/ou da inserção em residências universitárias, de maneira a contribuir para a manutenção e permanência dos mesmos nesta Universidade (UFCG, 2016).

É interessante notar, que caso o/a discente seja selecionado/a para a residência universitária, não terá direito a acessar a Bolsa Auxílio ao Ensino de Graduação (REUNI), e caso prefira a bolsa REUNI, deverá abdicar da RUN. Assim, o que pode ser conquistado pelos/as discentes residentes para que não perca a garantia de ficar na residência é a bolsa de monitoria, extensão e pesquisa, as quais podem ser adquiridas a partir de processo seletivo.

Nessa perspectiva de precarização, entende-se que o ensino gratuito é condição necessária, mas não suficiente, para que os/as discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica consigam frequentar a universidade e atender as

⁹ Auxílio Moradia programa oferecido na UFCG/SEDE em virtude do grande quantitativo de discentes que solicitam vagas nas residências, sendo que as mesmas não atende toda a demanda daí a necessidade dessa particularidade no campus de Campina (UFCG, 2016).

exigências acadêmicas com vistas a uma educação superior pública, gratuita, laica e de qualidade, daí se assevera a necessidade do aparato estatal, por meio da assistência estudantil, para viabilizar tal direito.

[...] o Estado permite o sucateamento das universidades, o que tem gerado efeitos como perda da autonomia universitária, comprometendo a qualidade no ensino e na formação acadêmica de modo geral. Em decorrência do sucateamento da universidade pública, a assistência estudantil vem sendo prejudicada pela não existência de um orçamento específico destinado a sua implementação (ARAÚJO, BEZERRA, 2007, p.05).

Na verdade, não há um orçamento específico para a efetivação da assistência estudantil. Aspecto este que torna muito complicada a vida dos/as discentes que necessitam da mesma para a permanência na universidade, pois ficam à mercê de uma política precarizada, que não garante o acesso a todos/as, tampouco a qualidade necessária para aqueles/as que estão inseridos/as.

Diante disso, muitos/as discentes se veem compelidos a desistirem da graduação, por não terem condições financeiras de se manterem no ensino superior, bem como, por não conseguirem ingressar nos programas ofertados pela Assistência Estudantil.

Nesse sentido, os programas da Assistência Estudantil ao invés de assegurarem o direito dos/as discentes caracterizam-se “em escolas a serem disputadas por muitos” (LEITE, 2012, p. 456).

Assim, ratifica-se a necessidade da ampliação de tais programas, tanto no tocante ao número de vagas, quanto com relação à verba destinada pelo Governo. Também é necessário que haja a divulgação desses programas, para que seja possível possibilitar uma maior visibilidade. No entanto, merece ser registrado que a não divulgação da assistência estudantil se dá de forma estratégica, justamente para evitar o aumento da demanda.

É notório que a educação ainda precisa percorrer um longo caminho de transformações até ser acessada por todos os sujeitos enquanto direito fundamental, inalienável e universal, capaz de minimizar a pobreza e a desigualdade.

Segundo Silveira (2012), a opção por bolsas é uma estratégia para atendimento da maioria das onze linhas de atuação do PNAES. Essa opção pode caracterizar a PNAES como um programa focalizado, o que impede a

universalização da assistência estudantil por meio da ampliação de infraestrutura, da luta pelo passe livre e conseqüentemente pela universalização das ações e ampliação de direitos. Além disso, a opção pela oferta de bolsas, alimentação e moradia, por exemplo, em detrimento de construir restaurantes e moradias estudantis, reforça a ideia do individualismo ou do acadêmico consumidor.

É importante ressaltar que antes da aprovação do PNAES, cabia a cada universidade definir no momento da elaboração de seu orçamento, uma parte do total de recursos estipulados pelo MEC, para a assistência estudantil. De tal modo, o financiamento da assistência estudantil dependia da sensibilidade do gestor com a temática e, também, do nível de mobilização dos estudantes (BORSATO, 2015).

Observa-se a relação de complementaridade do PNAES com as demais políticas de democratização adotadas pelo Governo Lula e continuadas pelo Governo Dilma. Partem do pressuposto que a garantia do acesso não significa, por sua vez, que os alunos concluam a educação superior, assim, políticas que garantam a permanência são fundamentais para a consolidação da democratização da educação superior.

No entanto, em decorrência da precarização e do sucateamento da Universidade Pública tratada no capítulo inicial, a Política de Assistência Estudantil não tem sido suficiente para possibilitar a permanência dos alunos(as) na universidade. Um dos principais problemas enfrentados na contemporaneidade é a evasão no ensino superior, sobre a qual nos deteremos no próximo item.

3.2 A farsa da democratização da educação superior: a evasão como reflexo perverso dessa lógica

Para Costa (1991) a evasão conceitua-se como a saída do estudante da universidade ou de um de seus cursos, de maneira definitiva ou temporária, por qualquer motivo, financeiro, econômico ou social, exceto a diplomação. Souza (1999), corrobora com Costa, adjetivando a evasão no ensino superior como uma problemática e ainda identificando fatores, tipos e causas da evasão.

Tanto no ensino superior quanto em outros estratos do sistema educacional, a evasão pode ser considerada um fenômeno social complexo. Ela é social por envolver relações entre pessoas e grupos de pessoas tais como aluno, professor, universidade, governo, família, amigos e mercado de trabalho. Ela é um fenômeno

complexo porque as relações que a constituem são de natureza diversificada e é pouco provável que os referenciais da psicologia individual, mais tradicionais na pesquisa em ensino de ciências, consigam articular teoricamente a maioria dessas relações (JUNIOR, 2010).

Resultados da pesquisa realizada por Peixoto, Braga e Bogutchi (2003), mostraram a inexistência de uma correlação entre perfil socioeconômico e cultural do estudante com a evasão. Supunha-se que, por meio da universalização de uma educação pública e de qualidade, seria permitido que os indivíduos nascidos em famílias de classe popular tivessem efetivas chances de alcançarem melhores condições de vida. A escola seria, nessa perspectiva, uma instituição neutra que selecionaria seus alunos com base em critérios neutros e racionais, contribuindo para o aumento da mobilidade social.

Bourdieu e Passeron (2009) sustentam que o sistema educacional, por meio da reprodução cultural que lhe é característica, contribui fundamentalmente para a reprodução da condição de classe social de uma geração a outra em um contexto social. Mais precisamente, o sistema educacional, com suas práticas pedagógicas contribui para que filhos de pais bem sucedidos na escola sejam mais propensos ao sucesso escolar enquanto filhos de pais pobres e sem muito estudo sejam mais propensos ao fracasso e à realização de trajetórias escolares mais curtas.

Uma das consequências da análise de Bourdieu é que o sistema de ensino justamente por avaliar seus estudantes com base em princípios considerados neutros e racionais e que correspondem, a rigor, aos princípios do capital cultural das classes média e dominante seleciona tais estudantes de maneira a contribuir para a reprodução do seu status de classe. Como é possível perceber, estudantes de diferentes famílias, em virtude da sua posição e situação na estrutura das relações de classe, podem apresentar diferenças tanto em termos das suas chances objetivas de sucesso escolar quanto em termos da necessidade que têm de adquirir certos graus de escolaridade.

Tinto (1975) apresenta um modelo teórico de explicação da evasão e destaca a importância da integração acadêmica, estabelecida através de compromissos pessoais, sociais e acadêmicos, como elementos instauradores de um forte vínculo do estudante com a instituição. Tais elementos se transformariam em mecanismos capazes de evitar uma decepção com o curso ou com a instituição que acabasse por ocasionar o desligamento do curso.

O autor citado esclarece ainda que, o comportamento de evadir consiste num processo de interações longitudinais. Assim, o indivíduo com um conjunto de características interage no sistema social e acadêmico da faculdade e o resultado desse processo interativo conduzirá à permanência ou a variadas formas de evasão.

A evasão é um dos problemas que afligem as instituições de ensino superior (IES) em geral (SILVA FILHO *et al.*, 2007). De acordo com Ilda (2012) entre os anos 2004 e 2010 vem crescendo no Brasil o número de instituições do ensino superior, representando 18% de crescimento, o que vem destacar ansiedade em novas descobertas sobre os motivos de evasão.

Muito se fala em construir a motivação do aluno, pois, é uma forma de retê-lo na instituição, a fim de orientar, incentivar e facilitar a formação, encaminhando cidadãos conscientes para a sociedade, entretanto esses aspectos motivacionais destacam-se como uma incógnita, visto que, estudar, ler e pensar são atividades que necessitam de dedicação, disciplina e sacrifício (OLIVEIRA, 2009). Dias Sobrinho (2008) identifica que a exigência do mercado impõe um alto desempenho sobre a educação superior, portanto, o desafio da educação de forma concreta é ter certeza de como formar o aluno, sob a incerteza do futuro (apud OLIVEIRA, 2009).

Para Lobo (2012) o problema da evasão deve ser discutido com todos os envolvidos na IES, das áreas acadêmicas e administrativo-financeiras, como gestores, professores, colaboradores e representantes de alunos, pois este combate não pode ser encarado apenas como uma gestão de marketing ou atendimento, mas fazer parte das ações estratégicas, com planejamento, execução, acompanhamento e avaliação.

Existem várias ponderações sobre o fenômeno da evasão do ensino superior brasileiro. O diagnóstico deste fenômeno divide-se em categorias de causas da evasão: as psicológicas, as sociológicas, as organizacionais, as interacionais e as econômicas (SCHARGEL; SMINK, 2002).

Com relação às medidas combatentes da evasão no ensino superior, as IES possuem um papel importante através de políticas institucionais a fim de auxiliar os alunos a concluírem seus estudos (MELLO; SANTOS, 2012).

A medida da taxa de conclusão dos cursos de graduação é dada pela média entre os diplomados em determinado ano e a quantidade de vagas oferecidas cinco anos antes. Mede, portanto, segundo os parâmetros estabelecidos pelo MEC no documento Diretrizes do Reuni, não diretamente as taxas de sucesso, mas em que

medida a universidade é eficiente na ocupação de vagas ociosas decorrentes do abandono dos cursos.

A relação da assistência estudantil com a diminuição das taxas de evasão e retenção encontra a sua justificativa no discurso governamental, como demonstrado no estudo de Nascimento (2013), no qual as altas taxas de evasão e retenção são empecilhos à materialização das propostas democratizantes para a universidade pública, sobretudo por reduzir a eficiência do sistema público, aumentando os gastos do governo federal e impedindo a liberação das vagas das universidades para outros estudantes.

Diversas pesquisas e estudos apontaram as questões socioeconômicas como os principais ocasionadores da evasão e retenção, assim como desconstruíram a ideia da universidade elitizada no século XXI, reforçando a necessidade de investir e regulamentar a assistência estudantil (FONAPRACE, 2007; 2010).

Em pesquisa realizada por Marques (2015) os assistentes sociais da UFCG e da UFPB ressaltaram que o REUNI impôs para as universidades processos decisórios sem consulta a comunidade acadêmica, inexistência de planejamento, enfraquecimento das lutas coletivas, comprometimento do ensino, pesquisa e extensão, fortalecimento da Política do Banco Mundial, inchaço da estrutura da universidade e a ampliação do acesso sem garantias de permanência nas universidades.

Esse último elemento marcou contundentemente as instituições pesquisadas, posto que, novos campi a exemplo dos campi da UFCG situados nas cidades de Pombal, Sumé e Cuité e na UFPB os campi na cidade de Rio Tinto e Mamanguape e a extensão do campus de João Pessoa no bairro de Mangabeira foram criados, aumentando o possível “acesso”, no entanto, sem garantias para os estudantes permanecerem na universidade.

O acesso e permanência dos estudantes provenientes das classes trabalhadoras às universidades têm sido bastante dificultado e, muitas vezes, impossibilitado. E os que conseguem ingressar, se deparam com os custos da sua manutenção nestas universidades que, embora sejam gratuitas no ensino em sala de aula, exigem despesas com xerox, alimentação, passagem e, no caso dos estudantes de cidades distantes dos campi universitários, moradia.

O sucateamento ao qual as universidades públicas vêm sendo submetidas se reflete nas diversas esferas da vida universitária: insuficiência de profissionais, tanto

docentes quanto técnicos administrativos; precarização do trabalho destes, refletido nos baixos salários, bem como nos contratos temporários, como nos casos dos professores substitutos e dos profissionais terceirizados; as condições precárias das bibliotecas; a deterioração da política de assistência estudantil, com recursos irrisórios para dar continuidade aos seus programas, o que tem acarretado ações pontuais e seletivas neste plano, restringindo cada vez mais o acesso e permanência dos estudantes aos seus direitos.

Constata-se a partir disso o papel fundamental que a assistência estudantil desenvolve na garantia do acesso ao direito à educação superior e permanência, pois visa oferecer condições para a garantia do processo de formação acadêmica e profissional, na perspectiva de democratizar o ensino público.

Tem-se como perspectiva a compreensão da assistência estudantil como estratégia de democratização do ensino superior que possibilita o acesso e a permanência das classes subalternas no mesmo. Para tanto, destaca-se que há urgência na proposição e no desenvolvimento de ações que a reafirmem como um direito, que deve ser garantido e provido pelo Estado, sendo a universidade o locus executor do acesso concreto.

3.3 Os programas da Assistência Estudantil oferecidos na UFCG/CCJS

Na UFCG/CCJS/Campus Sousa/PB, existem os seguintes programas de Assistência Estudantil: Auxílio à graduação (REUNI), Residência Universitária (RUN), Restaurante Universitário (RU) e Assistência a Quilombolas e Indígenas, destinados aos/as discentes que se encaixam no perfil socioeconômico de renda per capita de até um salário mínimo e meio. Em conformidade com a PNAES em seu artigo 5º:

Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2010).

O programa restaurante universitário está regulamentado pelo decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, o qual trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil e pela portaria UFCG /CAE nº 004 de 19/05/2003, que estabelece os critérios para a seleção de comensais para os Restaurantes Universitários da UFCG.

Os critérios de seleção para o referido programa são: matrícula mínima em 15 créditos, ser preferencialmente de outra cidade, no caso do CCJS, não ser de Sousa, não possuir outra graduação e, se inserir no perfil socioeconômico proposto pela PNAES, no qual a renda familiar per capita não pode ultrapassar um salário mínimo e meio.

O processo de seleção é feito no início de cada semestre letivo, sob a administração da Pró Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC), da Coordenação de Apoio Estudantil (CAE) e do Setor de Serviço Social, onde se lança o edital e a partir da entrega dos documentos, faz-se a análise documental dos aptos a frequentarem o restaurante universitário, posteriormente, são organizados os horários das refeições dos/as discentes de acordo com as suas necessidades acadêmicas.

O RU tem por objetivo atender aos/as discentes da UFCG, garantindo, o fornecimento de refeições, tanto no almoço, quanto no jantar, de forma a “proporcionar”, a sua permanência na universidade.

A documentação exigida para o ingresso do/a discente, leva em consideração a situação familiar, sendo necessária a identificação do/a candidato/a, bem como dos integrantes da sua família, comprovante de domicílio, de despesas, certificado de conclusão do ensino médio, matrícula no curso ao qual está vinculado/a e documentos que comprovem situações específicas do contexto familiar, a exemplo de tutela, guarda, separação, deficiência, doenças, óbito e divórcio, caso existam essas particularidades.

A residência universitária (RUN) tem por intuito garantir o acolhimento dos/as discentes com perfil de vulnerabilidade social que não residam em Sousa, cuja renda familiar per capita seja inferior a um salário mínimo e meio, que de preferência tenham concluído o ensino médio na rede pública de ensino, ou se caso em escolas particulares, que tenham cursado com bolsa integral.

O programa RUN oferece moradia, café da manhã, almoço e jantar até o término do curso. O café da manhã é realizado na residência, e as outras refeições no RU, há exceção nos finais de semana em que as refeições são feitas pelos/as próprios/as discentes residentes na RUN, porém a despesa do final de semana é arcada pela universidade, que envia os alimentos necessários para que as refeições sejam feitas.

A regulação da RUN se dá através do decreto 7234/2010 e pela portaria da PRAC nº 01/2007. Conforme destacado anteriormente, a mesma foi alterada pela Resolução nº. 07/2015 e o processo seletivo ocorre no início de cada semestre com a divulgação do edital. A seleção é constituída de duas fases: análise documental e entrevistas.

Cabe destacar que ao serem selecionados/as, há uma reunião com a assistente social e caso não comparecem e nem tenham uma justificativa plausível, ou até mesmo comunicado previamente, são excluídos/as do programa. Nessa reunião, é assinado um termo de responsabilidade, o qual se refere ao estágio probatório, onde o/a discente afirma que irá cumprir as exigências postas pelo Regimento Geral das Residências (Resolução nº. 07/2015) para o relacionamento e convívio satisfatório com outros/as residentes.

A Bolsa de Auxílio ao Ensino de Graduação (REUNI) foi criada pela PRAC em 2009, através da expansão do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), embora com a mesma sigla, tratam-se de assuntos diferenciados. O primeiro é um auxílio fornecido aos/as estudantes de graduação, o segundo refere-se à expansão das universidades federais.

O REUNI foi instituído em 2009, a princípio com o quantitativo de 600 bolsas, depois para 1200 e hoje já oferece 2000 bolsas, esse total de bolsas não é só para o CCJS, mas para todos os campi da UFCG, assim sendo o valor mensal é de R\$ 300,00, que será mantido até a conclusão do curso.

Dessa maneira, se o/a discente for selecionada/o para o auxílio à graduação (REUNI), não pode permanecer na residência, tampouco, no restaurante universitário, tendo, portanto, que optar entre um ou outro, como se o auxílio financeiro, o qual é recebido pelos/as discentes no valor de 300 reais. Todavia, esse valor é insuficiente, para arcar com os custos diários da faculdade, a exemplo das xerox, refeições diárias, transporte, moradia, entre outros gastos que a universidade proporciona.

Para ter acesso ao programa REUNI o/a discente não deve ter vínculo com outros programas da Assistência Estudantil, bem como com outros programas acadêmicos da UFCG, exceto como participante voluntário, a exemplo da monitoria e da extensão. O que é totalmente contraditório, haja vista que um é de cunho assistencialista e o outro é por mérito do/a discente, portanto, um benefício não

deveria inviabilizar o outro. Isso demonstra e ratifica o caráter fragmentado, restritivo, seletivo e excludente da assistência estudantil.

Ao contrário dos outros programas acima destacados, a análise documental do REUNI ocorre através de uma equipe multidisciplinar composta por Assistentes Sociais de todos os campi da UFCG. Cabe destacar, que não é permitida ao assistente social, selecionar os/as discentes de seu campus, ou seja, o assistente social de cada campus analisará a documentação de outro campus, de forma a assegurar a imparcialidade da seleção.

Desse modo, os/as discentes que são selecionados/as para os programas, a bolsa de Auxílio ao Ensino de Graduação (REUNI), RU e a RUN, são semestralmente acompanhados/as através do controle acadêmico, considerando verificar seu desempenho se reprovou (ou não) nas disciplinas, caso reprove, é convocado pela assistente social e assina um termo de compromisso, afirmando que não mais ficará reprovado, e se caso isso volte a ocorrer, será excluído/a do programa.

De fato, esse processo investigativo de fiscalização é um meio de constrangimento para o/a discente, pois não há uma análise do contexto, seja ele social, familiar, entre outros, que os mesmos estão passando naquele período, que tenha colaborado para que não conseguisse atender as condicionalidades impostas por tal política.

Outra questão pertinente que se coloca, é o quantitativo de créditos que o/a discente tem que cursar para assegurar a bolsa. O/a discente selecionado/a terá direito a continuar com o auxílio nos períodos seguintes, até o término do curso, desde que comprove aprovação em, no mínimo cinco disciplinas por período letivo, quando matriculado em curso diurno, e no mínimo quatro disciplinas, quando matriculado em curso noturno. Há exceção quando está cursando o TCC, onde geralmente o/a discente cursa uma ou duas disciplinas, ficando com a bolsa. Ao passar essa fase e se persistir somente com o TCC, o/a discente é convocado/a, sendo necessário que se entregue uma declaração do/a orientador/a com a justificativa do/a discente não ter apresentado/a o trabalho de conclusão do curso no período anterior, caso contrário o/a discente poderá perder a bolsa.

Por fim, cabe ressaltar a bolsa permanência, a mesma foi criada pelo governo federal, através da portaria nº 389, de 09 de maio de 2013, do Ministério da

Educação (MEC), que cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências, tem por objetivos em seu art. 3º:

I - viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas; II - reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil; e III - promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico (BRASIL, 2013). O programa atende a um público específico, os quais deverão estar "matriculados em cursos de graduação com carga horária média superior ou igual a cinco horas diárias, que não ultrapassem dois semestres do tempo regular do curso de graduação e que tenham renda per capita não superior a um salário mínimo e meio. Além disso, atende aos estudantes quilombolas e indígenas, independente da carga horária do curso" (BRASIL, 2013), o cadastramento se dá no site do MEC.

Cabe frisar que na UFCG/CCJS não tem nenhum curso que atenda as exigências postas pela portaria, no entanto tem a questão de um indígena e uma quilombola que recebem essa bolsa, o valor que os mesmos recebem é R\$ 900,00 reais por mês, podendo acumular com bolsas assistenciais e meritocráticas, desde que o valor não ultrapasse a per capitar familiar de um salário mínimo e meio.

Apesar dessa bolsa ser oriunda do MEC, seria interessante que as bolsas advindas da Assistência Estudantil pudessem seguir os mesmos critérios padrões da bolsa permanência, uma vez que o quantitativo de discentes do CCJS é bastante reduzido se comparado a outras instituições.

Ressalta-se que todos os programas aqui discutidos são bem organizados em leis, decretos, portarias ou similares, no entanto, deveria haver maior divulgação, a fim de dar maior visibilidade a Assistência Estudantil. Todavia isso não ocorre pelo fato de não ser interessante para o governo, tampouco para a gestão das IFES, por de não se ter um recurso destinado para essa finalidade, tornando-se mais oneroso para as instituições.

Vale salientar que é necessário que a PNAES se concretize enquanto lei, possibilitando, que o Estado tenha a obrigação de efetivar essa política de forma a garantir que os direitos sejam assegurados perante a lei. "Constata-se assim, a inexistência de um aparato legal que torne obrigatória a intervenção do Estado na questão, uma vez que o que regulamenta as ações de assistência estudantil é o Decreto 7.234 de 2010" (MARQUES, 2014, p. 96).

4 A ASSISTENCIA ESTUDANTIL NA REALIDADE DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (CAMPUS DE SOUSA)

Diante do que foi exposto até aqui, podemos observar que o problema da evasão não é um caso particular da Universidade Federal de Campina Grande Campus Sousa - PB, e também não está ligado apenas o curso de Serviço Social. Vimos até aqui que essa problemática está inserida em uma conjuntura maior e é desencadeada pela crise que os países, não só o Brasil, vêm enfrentando nos últimos anos. No entanto, diante do limite de um trabalho de conclusão de curso, optamos por nos debruçar sobre a realidade vivenciada pelos alunos do curso de Serviço Social da UFCG – Campus Sousa. É sobre essa realidade que trataremos de modo mais específico nessa seção.

4.1 O curso de Serviço Social na Universidade Federal de Campina Grande

O espaço sócio ocupacional de qualquer profissão, neste caso do Serviço Social, é criado pela existência de necessidades sociais que, historicamente, adquire-o quando o Estado passa a interferir sistematicamente nas refrações da questão social, através das políticas sociais (NETTO, 1992).

As alterações profissionais, assim, derivam da intrincada integração que se processa entre as transformações societárias, com seu rebatimento na divisão social e técnica do trabalho, e o complexo (teórico, prático, político, e, em sentido largo, cultural) que é constitutivo de cada profissão. Complexo que, circunscrevendo um campo profissional particular, envolve - e isso deve ser afirmado enfaticamente, à base de verificação factual - tendências e orientações profissionais diferenciadas: no mundo contemporâneo, é ingenuidade supor profissões como blocos homogêneos e/ou identitários - praticamente todas estão vincadas por enorme diversidade, tensões e confrontos internos (NETTO, 1996, p. 89).

Netto ressalta que há uma demanda objetiva para Serviço Social e as respostas a estas demandas dependerão da capacidade de resposta do profissional, de seu maior ou menor entrosamento com a hegemonia política que se afirma e, ainda, dependerá de sua posição em relação às 'contra hegemonia' que vier a se

formar. O autor observa na conjuntura dos anos 90 que tais transformações implicarão mudanças no mercado de trabalho do assistente social:

- 1) a crescente segmentação do mercado de trabalho das atividades profissionais, requerendo uma definida especialização dos profissionais;
- 2) a diferenciação progressiva das condições de trabalho nas instituições estatais e nas da “iniciativa privada”, estas com esquemas de controle e aferição mais estritos de desempenho profissional. (NETTO, 1996, p. 120-121).

Desde a década de 1990 identifica-se, sobretudo pelo setor privado, a expansão do nível superior de ensino brasileiro. Esse fator está diretamente relacionado ao aumento quantitativo de cursos de Serviço Social também a partir desta década. No entanto, Pereira (2008, p. 63) constata que desde 2003 “assistimos à galopante criação de cursos de Serviço Social no Brasil: cerca de 60% (55,9%) deles foram criados a partir do período em questão”. Por ser um curso da área de humanas, não exigir laboratórios, não necessitar de maiores investimentos, e estar em crescimento em relação ao mercado de trabalho, dentre outros fatores, o Serviço Social também passa por um rápido processo de mercantilização.

É importante compreender que tal processo transforma substancialmente o perfil dos cursos, o nível de aprofundamento e discussão teórica, a relação com pesquisa e extensão, dentre outros. Por outro lado, é válido identificar e compreender quem são os usuários destes cursos, ou seja, quem são os alunos que vem se tornando a grande minoria a serem inseridos nas universidades públicas, o que os difere dos demais na atualidade e no passado, qual seu perfil sócio-econômico-cultural.

O Serviço Social é uma profissão regulamentada através da Lei 8.662, de 7 de junho de 1993. O (a) Assistente Social, em seu exercício profissional, desempenha habilidades com competência teórica, metodológica e ético-política específicas no âmbito da prestação de serviços sociais, na garantia dos direitos sociais e no enfrentamento da questão social, tanto no setor público, quanto no privado.

Com o processo de democratização da sociedade brasileira, com a afirmação dos direitos de cidadania e a garantia dos direitos sociais consagrados pela Constituição de 1988, com o processo de municipalização e descentralização da

saúde através do Sistema Único de Saúde (SUS) e a implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), o (a) assistente social é chamado(a) a intervir nas novas frentes de trabalho que interferem no padrão de consumo e na qualidade de vida das classes trabalhadoras, programas e projetos implementados pelas políticas públicas.

A profissão de assistente social nas últimas décadas está em ascensão por todo o país e também no estado da Paraíba. Segundo Boschetti (2011), nos dados do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em cinco anos, houve um acréscimo de 56% de profissionais inseridos no mercado de trabalho. Em 2006, havia 65 mil assistentes sociais registrados nos CRESS e, em 2015, esse número aumentou para aproximadamente 130 mil.

Ainda segundo Boschetti (2011), com a crise estrutural do capital e a crescente precarização e subtração de direitos do trabalho, algumas profissões de “caráter social” ligadas a programas sociais estão em expansão, entre elas, os assistentes sociais, os quais passam a fazer parte de uma estratégia de minimização dos efeitos da crise.

Em 2009 foi criado o Curso de Bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal de Campina Grande Campus de Sousa, que possibilita aos profissionais avaliar e implementar as políticas sociais públicas. O perfil do profissional de Serviço Social, na atualidade, exige, além dos conhecimentos sobre as expressões da questão social, conhecimentos que forneçam a apreensão das relações sociais dentro de uma perspectiva de totalidade, bem como os subsídios teóricos para a sua formação profissional. Diante desse marco de construção de uma identidade institucional, que tem como pilares: pesquisa, ensino e extensão, o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais - CCJS da UFCG Campus de Sousa vem dando continuidade ao processo de expansão qualitativa e quantitativa da Universidade Federal de Campina Grande.

O Curso de Serviço Social se particulariza por formar profissionais de caráter crítico-generalista, capacitados nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, no sentido de atuar junto às expressões da questão social que são provenientes das contradições da sociedade capitalista.

A relação do Serviço Social com a questão social, fundamento básico de sua existência, é mediatizada por um conjunto de processos sócio histórico e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho (ABEPSS, 1996).

O curso de Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da ordem burguesa e pelas formas históricas de seu enfrentamento permeadas pela ação dos trabalhadores através das lutas sociais (ABEPSS, 1996).

Assim como todas as instituições de ensino superior, a UFCG mantém bancos de dados com várias informações sobre seus estudantes tais como período de ingresso e saída da universidade, condição de saída (se diplomado, evadido, desligado, transferido), sexo, renda familiar, grau de escolaridade dos pais. O conjunto dessas informações tem sido fundamental para traçar o perfil social do aluno da UFCG e, mais recentemente, para o monitoramento da evasão em virtude da adesão da universidade ao REUNI.

No período 2013.2 foram matriculados 141 alunos no curso, a aprovação desses alunos foi de 92,8%, já no período 2014.2 foram matriculados 144 alunos e aprovados 91,5% e no período 2015.2, 139 alunos foram matriculados no curso de Serviço Social da UFCG Campus de Sousa e desse total 92,5% foram aprovados.

Estudos indicam que poucas vezes durante a formulação do processo ensino-aprendizagem os dados relativos aos alunos têm sido considerados relevantes. Se as dificuldades dos alunos passarem a ser uma preocupação das instituições de ensino, elas poderão transformar ambientes mais adequados à aprendizagem e mais acolhedores aos estudantes.

A criação de um perfil do ingressante pode ajudar a universidade no estabelecimento de políticas que interfiram positivamente na vida do estudante, talvez até mesmo alertando-o para os perigos de um possível comportamento de risco. A instituição poderá, ainda, perceber o que, dentro da própria universidade, contribui de forma negativa, aumentando a probabilidade de que o aluno seja vítima de estresse, depressão ou outra espécie de mal-estar físico ou psicológico que provoque a sua saída do curso.

O movimento iniciado através desta pesquisa coloca em pauta a necessidade de conhecer ou até mesmo, reconhecer aquele que circula no espaço acadêmico em busca de formação e qualificação profissional. Por vezes, ele trabalha para ter condições financeiras de dar continuidade a seus estudos, além do trabalho ser fundamental na garantia de seu sustento e/ou de sua família. Este tipo de informação acerca dos discentes não é novidade a nenhum daqueles que fazem parte deste contexto, e não colabora de forma efetiva para mudanças expressivas na realidade acadêmica.

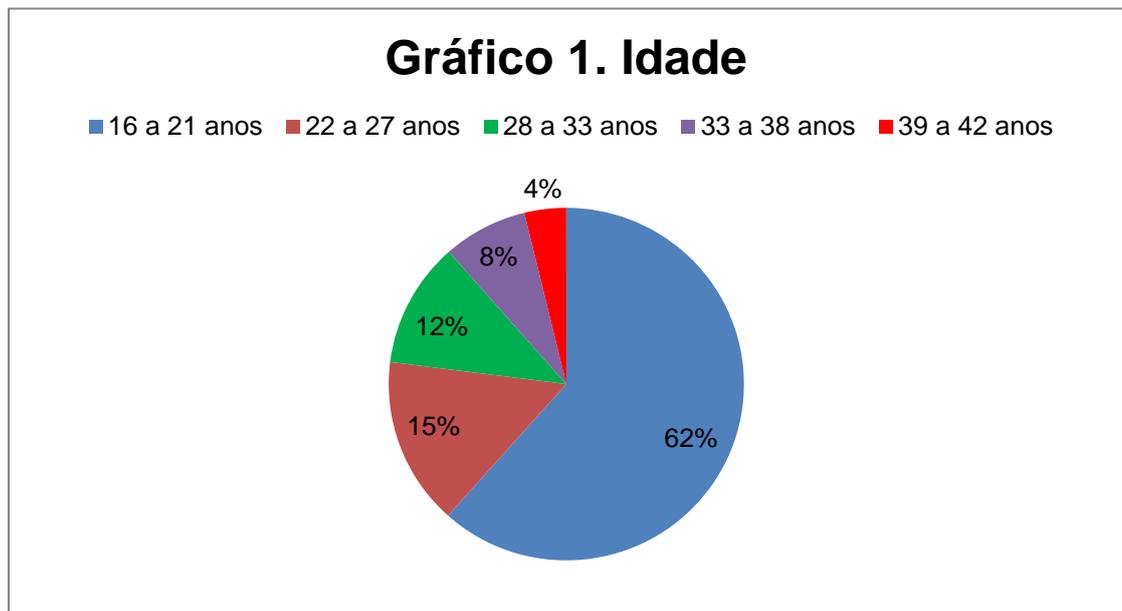
As transformações societárias indicam que o Estado vai reduzir o espaço de inserção profissional de assistente Social, “seja cortando coberturas públicas, seja sucateando os aparelhos para executar as que se mantêm” (NETTO, 1996, p.122). As restrições aos direitos sociais, devido aos ajustes neoliberais, implicarão em consequências negativas para o mercado de trabalho dos assistentes sociais. Essas transformações implicarão, também, em novas configurações para o exercício profissional. Para Netto, em curto prazo, o problema da formação profissional não pode mais ser restrito à preparação das novas gerações de profissionais: tem que incluir vários assistentes sociais já formados, e que se sentem pressionados pelas restrições do mercado de trabalho.

As transformações societárias, vivenciadas no Brasil a partir da segunda metade do século XX, especialmente a partir da década de 90, modificaram as condições do exercício profissional do assistente social. Os impactos provenientes destas transformações trouxeram rebatimentos para o “mundo do trabalho” e, conseqüentemente, alterações sobre as condições objetivas e subjetivas sobre as quais a intervenção do Assistente Social se realiza, incidindo sobre as demandas e respostas profissionais. Essas transformações continuam repercutindo diretamente sobre o exercício profissional do assistente social.

Estas afirmações partem do pressuposto de que é necessário conhecer o aluno, suas características gerais, além de dimensões relativas à família, ao trabalho e a própria universidade. Neste caso, um primeiro aspecto a focalizar é a idade dos estudantes, sendo que, dos estudantes da UFCG que responderam ao questionário, 62% tem idade entre 16 e 21 anos; 15% deles têm entre 22 e 27 anos; 11% têm de 28 a 33 anos; 8% tem idade entre 33 e 38 anos e apenas 4% tem idade entre 39 e 42 anos.

Esse resultado mostra que os estudantes de Serviço Social estão chegando à universidade muito jovem, alguns ainda menores de idade, com pouca experiência de vida. Sabe-se de acordo com Finnatti (2007), Juncá e Paixão (2000) que a universidade é um ambiente tradicionalmente frequentado por jovens, recém-egressos do ensino médio. No entanto, os dados demonstram uma tendência a um estudante diferente: adultos que não tiveram condições de ingressar ou concluir uma universidade, e/ou até mesmo, buscam melhor se qualificar ou novas possibilidades ocupacionais.

Gráfico 1. Idade dos estudantes de Serviço Social da UFCG Campus de Sousa.



Fonte Primária: UFCG Campus Sousa (2014).

Esses discentes em idades variadas são 92% mulheres e apenas 8% são homens no curso de Serviço Social da UFCG Campus de Sousa. Essa é uma tendência histórica da profissão, também confirmada na pesquisa sobre o Perfil do Profissional de Serviço Social em atividade no Brasil organizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), sendo 97% são do sexo feminino e 3% do sexo masculino (CFESS, 2005, p. 18). A divisão sexual do trabalho se transforma e se reestrutura de acordo com os interesses da sociedade em cada período histórico, por isso é considerado, um fenômeno dinâmico, histórico e social.

A trajetória histórica da profissão de Serviço Social tem, desde seu início, uma característica fundamental: ser uma categoria composta predominantemente por mulheres. Contudo, a predominância do sexo feminino no âmbito profissional não é uma especificidade somente dessa profissão, mas esse aspecto se encontra também inserido historicamente em outras profissões, como na categoria dos professores e enfermeiros.

Alguns traços, aparentemente dispersos, organizam o perfil social e histórico do assistente social. Trata-se de uma profissão atravessada por relações de gênero enquanto tem uma composição social predominantemente feminina, o que afeta sua imagem na sociedade e as expectativas sociais vigentes diante da mesma. Este recorte de gênero explica, em parte, os traços de subalternidade que a profissão carrega diante de outras de maior prestígio e reconhecimento social e acadêmico.

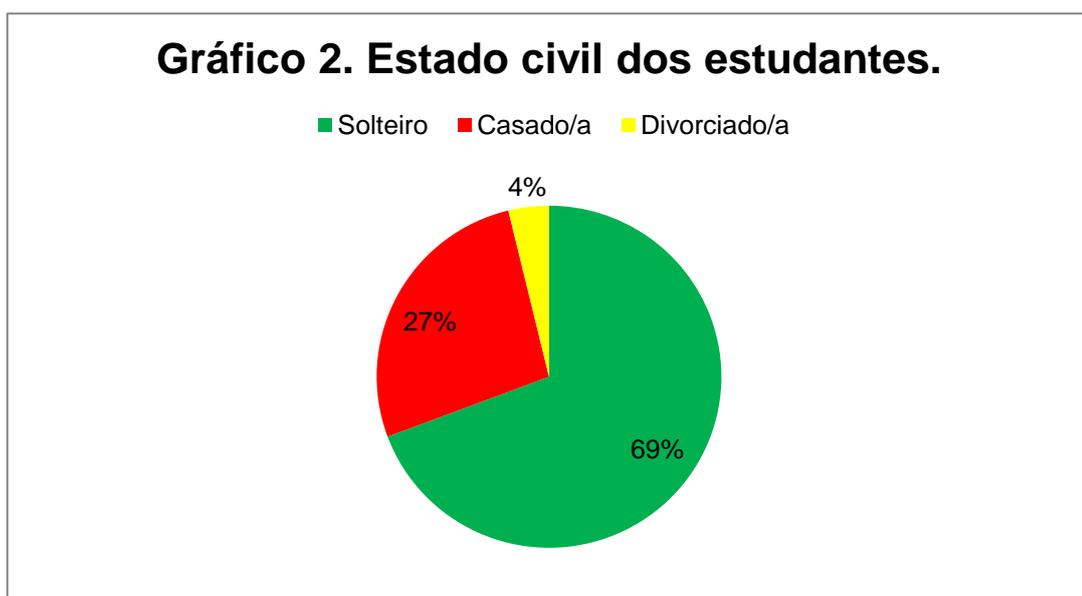
Por outro lado, a recorrência a posturas e comportamentos messiânicos e voluntaristas tem a ver com a forte marca da tradição católica oriunda das origens da profissão (IAMAMOTO, 1998, p. 63-64).

Segundo Silva (1987), até fins do século passado, o trabalho feminino estava restrito ao mundo privado, ou seja, sua prática se restringia ao espaço do lar entre os grupos médios e altos da sociedade, enquanto o trabalho do homem estava destinado ao espaço público. No entanto, nas camadas inferiores, a mulher (negra), por necessidade, passa a partilhar juntamente com o homem o espaço público e, posteriormente, como operária, quando tem início a industrialização.

A predominância do gênero feminino na profissão está diretamente ligada à questão cultural e às novas indagações e abordagens acerca da produção e reprodução de uma cultura conservadora e rígida, repleta de preconceitos estabelecidos, tanto pela sociedade burguesa, quanto pelas primeiras escolas de Serviço Social, com vistas à construção de uma nova e melhor ordem social, garantindo assim à mulher uma posição ideológica no âmbito social e histórico profissional do Serviço Social.

Em relação ao estado civil dos estudantes, 69% são solteiros, 27% declararam ser casados/as e 4% são separados/as.

Gráfico 2. Estado civil dos estudantes de Serviço Social da UFCG Campus de Sousa.



Fonte Primária: UFCG Campus Sousa (2014).

O período da vida universitária, que muitas vezes ocorre na juventude, possui como característica a fusão do viver acadêmico com o vigor da juventude, tornando o momento único. No entanto, muitas vezes, o universitário pode tornar-se vulnerável. Há jovens que se mudam para uma nova cidade e passam a ter a qualidade de sua alimentação e dos cuidados com a limpeza diminuída, aumentando por sua vez, talvez pela falta da supervisão dos pais e/ou pela imprudência, os comportamentos de risco, tais como o tabagismo, o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, a conduta sexual de risco, o uso de drogas ilícitas etc.

Além disso, o ambiente universitário pode levar o aluno a se sentir muito pressionado, impulsionando-o tanto a condutas de risco, como as acima mencionadas, quanto a outros problemas, como o estresse, a dificuldade nos relacionamentos pessoais, a dificuldade no aprendizado e até ao isolamento social.

As universidades federais são constituídas pela diversidade e heterogeneidade, caracterizadas pelas especificidades regionais e diferenças relacionadas aos contextos culturais e estruturas acadêmicas. As características do ensino superior demonstram que a heterogeneidade dos estudantes que ingressam na educação superior, a diversidade regional brasileira e os vários perfis institucionais que se detectam ao avaliar determinados segmentos de escolas, advogam em favor da existência de políticas de equidade, que devem primar pela ampliação do número de vagas possíveis para o atendimento de alunos nas universidades públicas, ao mesmo tempo em que devem possibilitar ao aluno qualidade de vida durante a graduação através de políticas de assistência estudantil.

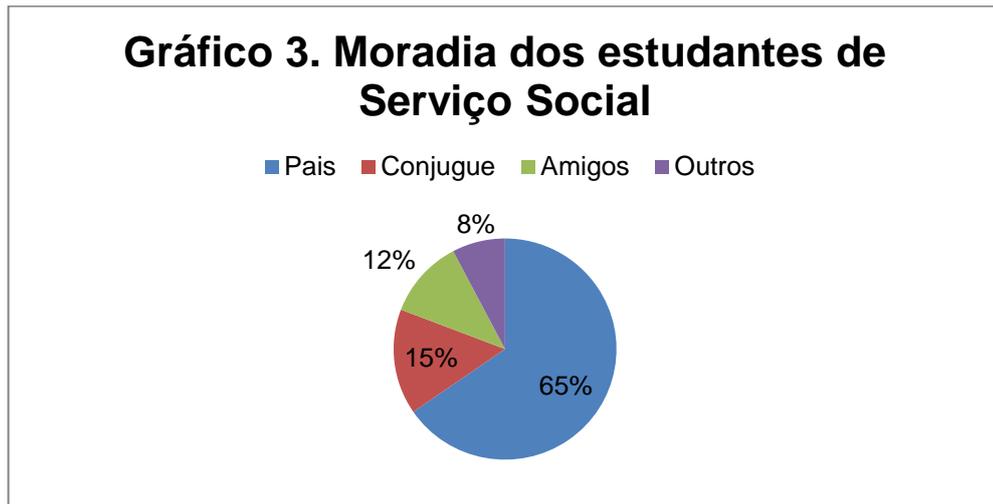
Portanto, o ambiente universitário é um espaço diverso e dinâmico, onde nos deparamos com diferentes realidades e particularidades, especialmente no que diz respeito ao corpo discente, sobre os quais foi direcionada nossa pesquisa. Para melhor compreender a realidade dos alunos de Serviço Social de Sousa e sua vivência na universidade, trataremos análise mais profunda a partir do próximo tópico.

4.2 O perfil socioeconômico dos estudantes do Curso de Serviço Social

Com o objetivo de identificar o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de Serviço Social da UFCG, buscamos neste primeiro momento, compreender a diversos elementos como condição de moradia, renda mensal, entre outros quesitos que envolvem as condições de vida dos mesmos.

No que se refere à condição de moradia dos discentes, identificamos que 65% dos estudantes moram com os pais; 15% residem com o cônjuge; 12% residem com amigos e 8% responderam morar com outras pessoas, entre elas tias e tios.

Gráfico 3. Moradia dos estudantes de Serviço Social da UFCG Campus de Sousa

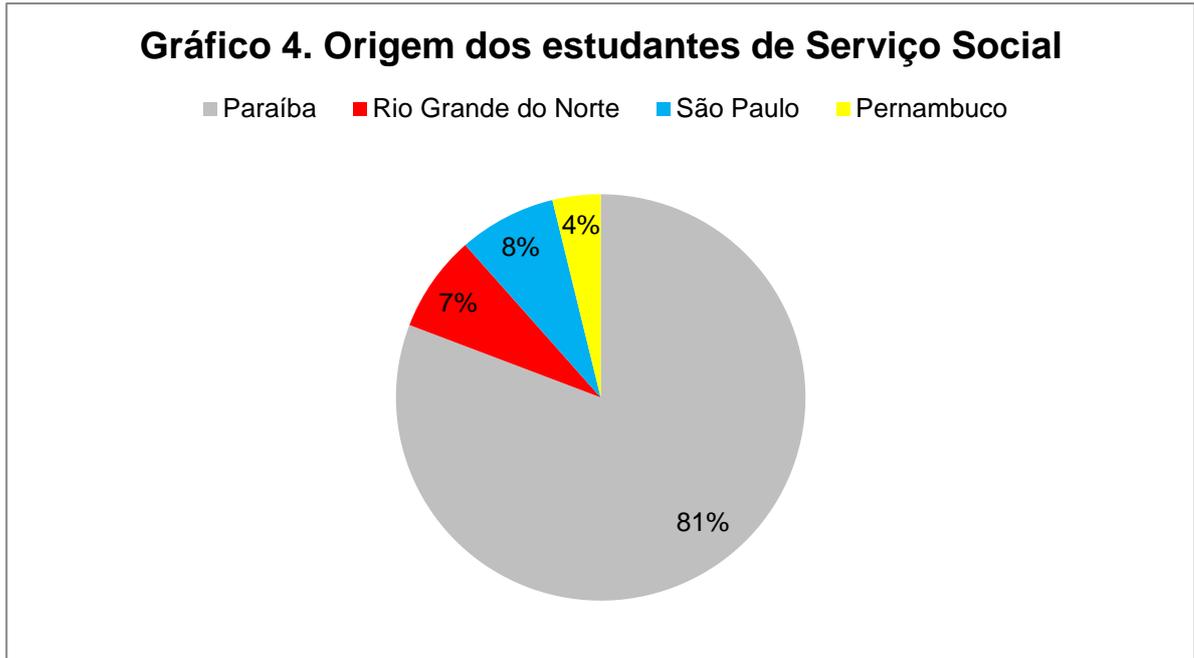


Fonte primária: UFCG Campus de Sousa (2014).

O fato de grande parte dos alunos residir com os pais retrata um fenômeno atual provocado principalmente por questões de ordem econômica, qual seja o prolongamento da adolescência, entendida como fase de certa dependência do adulto.

Sobre a origem dos estudantes, 81% deles afirmaram ser oriundos do estado da Paraíba; 8% são oriundos do estado de São Paulo; 7% são naturais do Rio Grande do Norte e 4% são naturais do Pernambuco. Salienta-se que essa diferença nos dados tende a aumentar devido ao ingresso de novas turmas no curso e às facilidades proporcionadas pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), o qual permite que o estudante concorra a vagas em diferentes regiões do país sem a necessidade de deslocar-se para realizar o processo seletivo.

Gráfico 4. Estado de origem dos estudantes de Serviço Social da UFCG Campus de Sousa

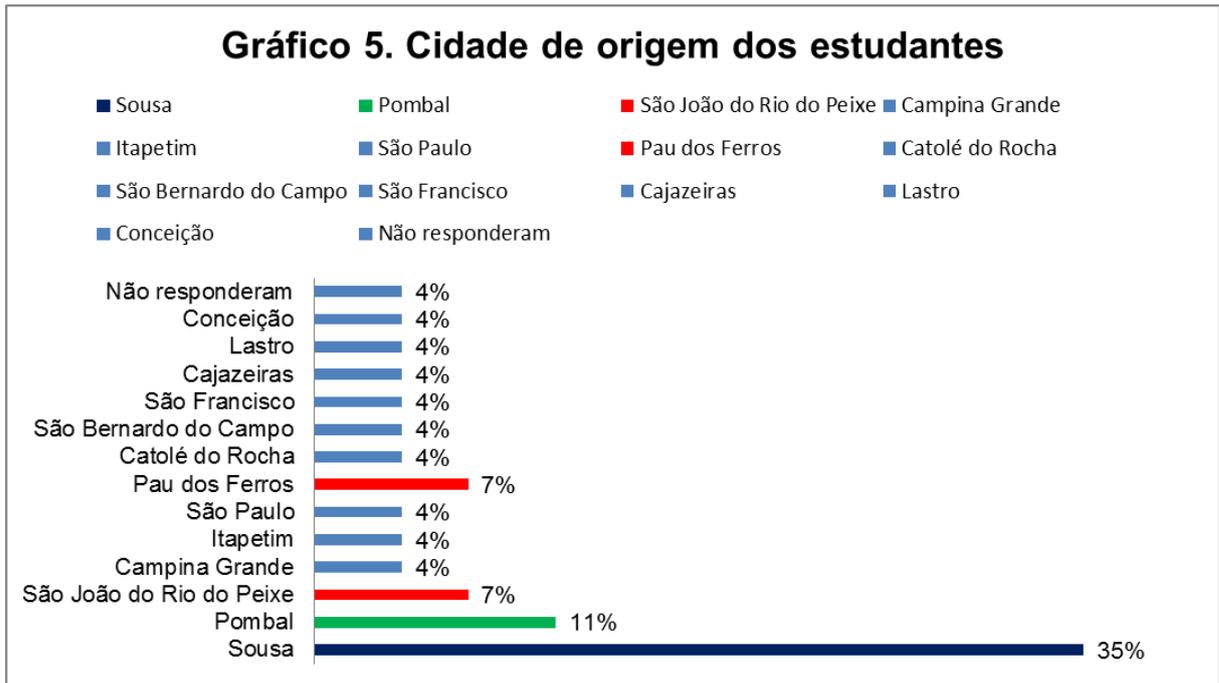


Fonte primária: UFCG Campus de Sousa (2014).

É também importante respeitar as diversidades, necessidades e especificidades desses estudantes, oriundos tanto da zona urbana, quanto da rural, de escolas públicas ou privadas, do centro ou da periferia. Dessa forma, o foco principal da formação profissional é o estudante. O ensino, pesquisa e extensão deverão ser pensados com objetivo de atender às necessidades específicas do segmento desses estudantes, com equidade.

A maioria dos estudantes de Serviço Social da UFCG são oriundos da própria cidade de Sousa, sendo 35% deles, 11% são da cidade de Pombal, 8% dos estudantes são da cidade de São João do Rio do Peixe, 8% deles são da cidade de Pau dos Ferros, os demais estudantes são das cidades de: Cajazeiras 4%; Itapetim 4%; 4% São Paulo; 4% Catolé do Rocha; 4% São Bernardo do Campo; 4% São Francisco; 4% Lastro; 4% Conceição e 4% dos estudantes não informaram a cidade de origem.

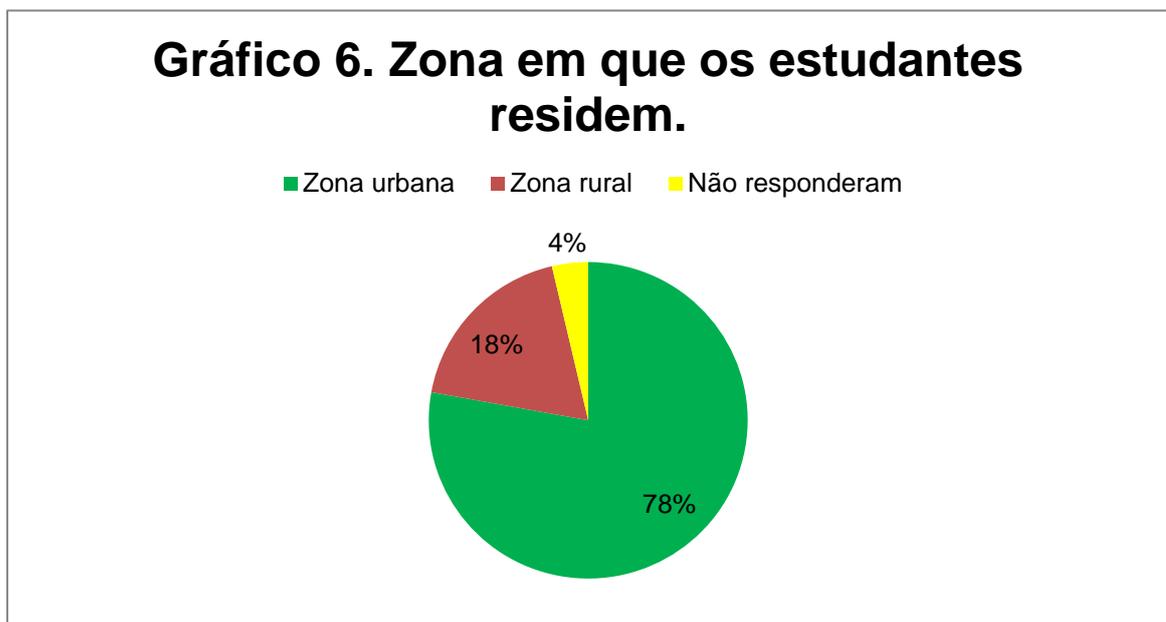
Gráfico 5. Cidade de origem dos estudantes de serviço social da UFCG Campus de Sousa



Fonte primária: UFCG Campus de Sousa (2014).

No curso de Serviço Social da UFCG, 80% dos estudantes que ingressaram no curso concluíram o ensino médio em escola pública e 20% em escola privada. São estudantes oriundos da zona urbana na sua maioria 78%; 18% são oriundos da zona rural e 4% não quiseram declarar.

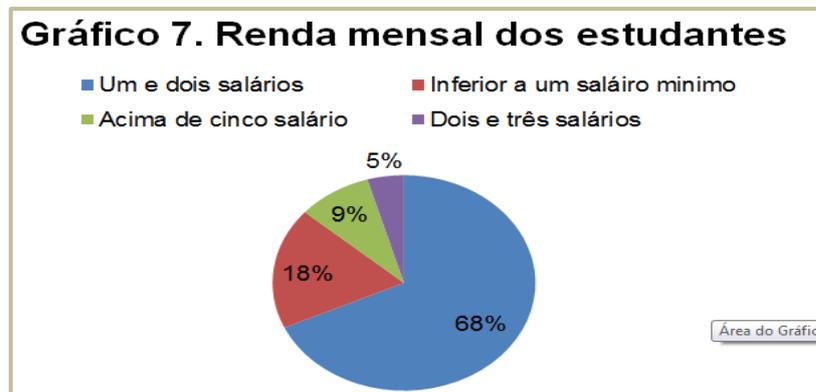
Gráfico 6. Zona em que os estudantes de Serviço Social da UFCG Campus de Sousa residem



Fonte primária: UFCG Campus de Sousa (2014).

Em uma pesquisa realizada com dados do vestibular da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul - referente ao ingresso no ano de 1999, Silveira (1999) identificou que variáveis socioeconômicas tais como renda familiar e grau de instrução dos pais são estatisticamente significativos na predição da nota dos candidatos à vaga na universidade. Sobre a renda mensal dos estudantes, verificamos que 68% dos alunos tem renda mensal entre um e dois salários mínimos; 18% tem renda inferior a um salário mínimo; 9% tem renda entre dois e três salários mínimos e apenas 5% responderam ter renda acima de cinco salários mínimos.

Gráfico 7. Renda mensal dos estudantes de Serviço Social da UFCG Campus de Sousa.



Fonte primária: UFCG Campus de Sousa (2014).

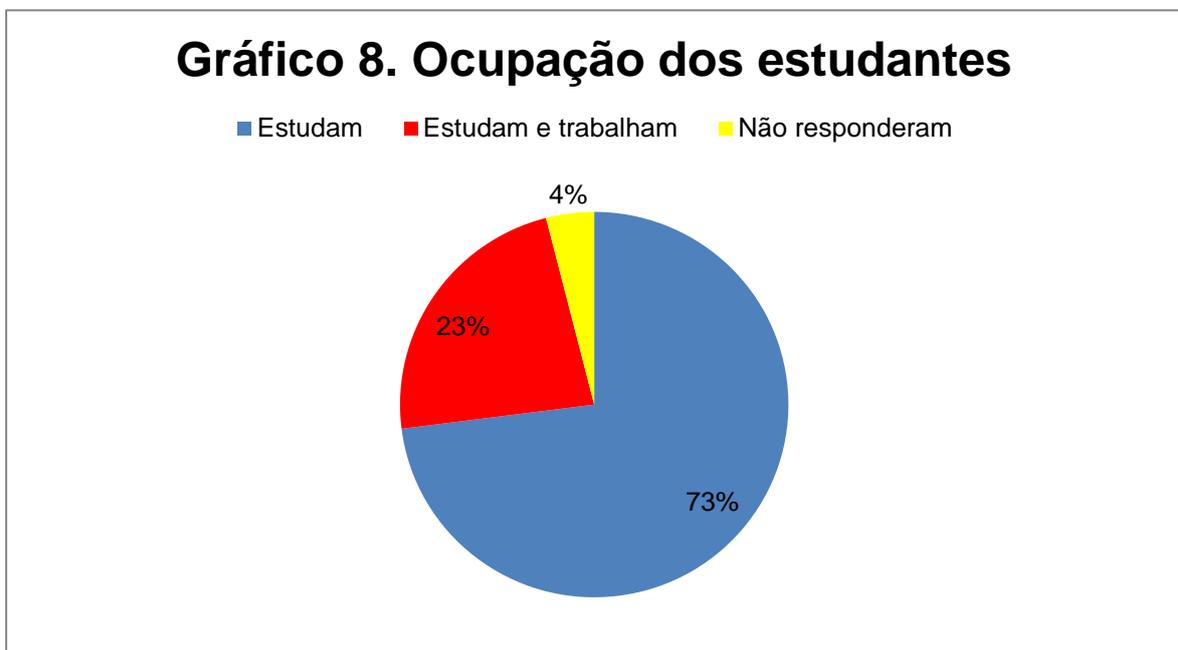
Percebemos que muitos estudantes são oriundos de famílias em condições socioeconômicas vulneráveis, uma vez que, a maior parte destes pertence a famílias com renda de até dois salários mínimos. Verifica-se que esse percentual incide diretamente no percurso acadêmico de uma parcela significativa do segmento estudantil, pois muitos alunos acabam por evadir ou permanecem retidos no curso devido às diversas situações de vulnerabilidade social.

Silva Filho *et al.* (2007) indicam de forma geral que as principais causas da evasão estão relacionadas à situação econômico-financeira. Entende-se que esta situação está relacionada à busca pela herança profissional, falta de perspectiva profissional, horário de trabalho incompatível com o horário de estudo, desemprego e problemas financeiros em geral. Da mesma forma é o que o próprio aluno declara como as principais causas.

Segundo Marques (2015) a UFCG registra número insuficiente de assistentes sociais envolvidos nos programas de apoio ao estudante, esta situação debilita as análises socioeconômicas, pois, força os profissionais a realizarem seus estudos de forma aligeirada, sem se aprofundar nas situações apresentadas pelos estudantes, e mais, sujeitando o parecer social do assistente social a críticas por parte da comunidade acadêmica, no sentido de ter concedido o benefício a alguns alunos não tão “precisados”.

Ao serem indagados sobre sua ocupação, 73% dos estudantes declaram apenas estudar; 23% afirmaram que estudam e trabalham e 4% não quiseram responder sobre o assunto. Isso demonstra que os(as) estudantes do curso de Serviço Social pertencem também à classe trabalhadora e que a interrupção dos estudos pode estar relacionada a alguns dos fatores considerados determinantes nesse processo de ingresso na universidade: a exclusão educacional, social e econômica.

Gráfico 8. Ocupação dos estudantes de Serviço Social da UFCG Campus de Sousa



Fonte primária: UFCG Campus de Sousa (2014).

O que se compreende é que aqueles que trabalham sofrem maiores desgastes físicos, alimentam-se precariamente e não encontram tempo suficiente para repouso. Por outro lado, para muitos destes, o trabalho confere a possibilidade

de se frequentar o curso superior, o que configura, de certa maneira, momentos de autonomia para aqueles que ainda não se tornaram completamente independentes de seus familiares.

A realidade do aluno trabalhador tem apontado para algumas dificuldades na universidade quando este tenta conciliar as atividades profissionais com as acadêmicas, como o cansaço e a limitada participação no curso que, muitas vezes, são interpretados como preguiça e descaso, constitutivos individuais, desconsiderando a influência das condições socioeconômicas.

É evidente, diante destas informações, a singularidade expressa em cada história/trajetória destes sujeitos que contribui significativamente para a configuração heterogênea dos usuários do ensino superior no Brasil na atualidade. No entanto, Cardoso e Sampaio (1994) vislumbram significativas semelhanças quando pesquisam a distribuição dos estudantes que trabalham, os cursos da área de humanidades e de ciências sociais aplicadas, os estudantes trabalhadores são a grande maioria.

Cardoso e Sampaio (1994) ainda constata a heterogeneidade do estudante, demarcando que muitos destes conciliam o trabalho com sua formação universitária. Estes diagnósticos permitiram as seguintes diferenciações afirmadas por Moraes (2011) acerca do estudante:

- 1) Estudante em tempo integral: é mantido pela família e se dedica exclusivamente aos estudos, independente do turno (diurno, noturno, integral);
- 2) Estudante-trabalhador: trabalha, no entanto, ainda é dependente financeiramente de seus familiares;
- 3) Trabalhador-estudante: além de não depender dos familiares, contribui muitas vezes, para o orçamento doméstico. A família não tem condições financeiras para mantê-lo e/ou não julga a escolarização universitária relevante investimento para o filho. Assim, o estudo depende do investimento, disposição e aspiração pessoal deste último, incentivada, às vezes, pela família, (MORAES, 2011, 54).

A concessão da bolsa deve respeitar os critérios estabelecidos pelas diretrizes básicas da política de bolsas, a partir da análise da situação socioeconômica e do desempenho escolar do(a) aluno(a). Do total dos(as) alunos(as) do curso de Serviço Social, 42% são bolsistas e 58% não possuem nenhum tipo de bolsa na universidade. Assim, ressalta-se não apenas a necessidade

de oferta e ampliação de programas acadêmicos remunerados pela UFCG, mas também a necessidade de estimular a participação dos estudantes de baixa renda nessas atividades.

Nas políticas de redução da evasão, destacam-se a ampliação de bolsas, a flexibilização dos currículos, ampliação da mobilidade entre os cursos, melhoria geral na infraestrutura de laboratórios e bibliotecas, ampliação de atividades de reforço e tutoria, ampliação dos cursos noturnos e utilização de EAD.

A lógica da bolsificação é inevitável, apesar do aumento nominal de recursos para a assistência estudantil no último período, seu orçamento ainda é insuficiente, se considerarmos a ampliação de vagas e a política de cotas, que tendem a ampliar a entrada de setores mais pauperizados da classe trabalhadora nas universidades públicas, aumentando a necessidade de assistência. Assim, o subfinanciamento da assistência estudantil permanece.

Em alguns momentos os familiares não dispõem de recursos financeiros capazes de garantir a permanência dos estudantes na universidade. Nestes casos, a política de assistência estudantil é de fundamental relevância para a construção e aprimoramento de habilidades, na superação de algumas dificuldades que interferem na formação profissional, além de poder contribuir na educação, qualificação e preparação do estudante para o mercado de trabalho. No entanto, verifica-se que ela tem sido insuficiente diante da crescente demanda de estudantes que necessitam de assistência.

Os programas de assistência aos estudantes da UFCG têm como ação principal desenvolver e executar programas que possibilitem a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial. O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

A assistência estudantil contribui para que o aluno não apenas permaneça estudando, mas para que desfrute a vida universitária de maneira mais plena, sentindo-se pertencente ao curso e à faculdade, além de apropriar-se da cultura acadêmica. Assim, a ausência de recursos para a manutenção de políticas que busquem criar condições objetivas de permanência desse segmento da população na universidade, impossibilita a efetivação concreta da finalidade da assistência estudantil.

A busca da redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade brasileira. Essa democratização não se pode efetivar, apenas, no acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que garantam a permanência dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso (FINATTI, 2007, p.189-190).

A pesquisa indica que 19% dos estudantes da UFCG possuem filhos, 54% não têm filhos e 27% não quiseram responder. Esses dados apontam a necessidade do Campus da UFCG de Sousa buscar alternativas para que o cuidado com os filhos não seja impeditivo para a permanência e conclusão do curso dos alunos de baixa condição socioeconômica.

De acordo com o art. 3º o PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior, garantindo entre outras ações de assistência estudantil creche para estudantes com filhos, conforme § 1º as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

Por sua notável complexidade, o campo cultural deve contemplar inúmeras linguagens e suportes de expressão. De acordo com o Ministério da Cultura (MINC), os desafios prioritários para uma política cultural atrelada a de educação incluem a capacitação de docentes, a disponibilização de bens culturais a professores e alunos, a troca de informações e competências entre os dois campos, o reconhecimento dos saberes tradicionais, o compartilhamento de projetos e recursos, o aprimoramento do ensino das artes nas escolas e a transformação dessas instituições em centros de convivência e experiência cultural.

Com base na pesquisa observa-se, com relação à temática da cultura na educação por meio do acesso à biblioteca que 65% dos estudantes utilizam este espaço de forma frequente, para complementar os estudos através de empréstimos

de livros, para buscar informações que não estão disponíveis na internet e para aproveitar o silêncio e realizar atividades que requerem maior atenção. No entanto 27% dos estudantes entrevistados, afirmaram frequentar a biblioteca só quando necessário e 8% responderam que nem sempre vão à biblioteca.

Nesse sentido, quanto à frequência de leituras acadêmicas e também não acadêmicas, percebemos que 85% dos estudantes leem regularmente e que 11% só leem o necessário e 4% dificilmente leem. Entretanto, ao serem indagados se no curso sentem-se motivados a leitura 81% dos estudantes revelam que sim, 15% disseram que não e 4% não quiseram responder.

Uma das principais dificuldades encontradas pelos(as) estudantes ingressantes no decorrer dos primeiros períodos do curso refere-se ao fato de que muitos detectam várias deficiências, como dificuldades de aprendizagem, de leitura, consideradas básicas pelo corpo docente.

A respeito da leitura dos alunos, Finatti (2007), em pesquisa realizada na UEL, registrou percentual negativo, além de não possuírem o hábito de comprar livros, visto que existem facilidades no acesso a literatura através de fotocópias. Por outro lado, Juncá e Paixão (2000, p.20) ressaltam que “o acesso a livros pode estar sendo dificultado pela falta de condições financeiras para adquiri-los, somada às limitações existentes nas bibliotecas disponíveis na região”. Além disso, a falta de tempo pode se constituir também como fator de influência para um grupo de pesquisados, já que acumulam funções de aluno, trabalhador, além de realizarem funções domésticas, quando não estão estudando.

A educação é um dos problemas sociais mais discutidos entre os intelectuais e, conseqüentemente, um dos indicadores que mais reflete as condições e qualidade de vida da população, bem como sua carência material e intelectual.

Ao longo da pesquisa surgem outras necessidades, como a de se pensar não apenas o discente, suas responsabilidades e dedicação, enquanto fatores fundamentais no processo de formação profissional, mas também o currículo, o planejamento do curso (aulas, estágio, disciplinas), dentre outros. A respeito disso foi questionado aos estudantes sobre sua afinidade com as disciplinas do curso e 42% responderam que tem mais afinidades com aquelas disciplinas que são específicas do curso, 31% deles têm mais afinidade com a disciplina de sociologia, 15% com história, 4% com a disciplina de filosofia, 4% com outras disciplinas como,

por exemplo, acessibilidade e tiveram 4% dos estudantes que não quiseram se manifestar.

O grande desafio é assegurar uma formação profissional de qualidade teórico-metodológica na qual o conhecimento, a pesquisa e a relação entre profissão e realidade social, enquanto totalidade social a ser apreendida em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade, de forma articulada, numa perspectiva crítica e dialética, responda às demandas da atualidade, preservando o que está expresso no atual Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (CFESS, Resolução n. 273/93) e na Lei de Regulamentação Profissional (Lei n. 8.662/93).

Questionamos os estudantes se o curso de Serviço Social foi a principal opção no momento da seleção, 58% responderam que sim e 42% afirmaram não ter sido a primeira opção. Para os estudantes entrevistados que responderam que o curso de Serviço Social não foi a principal opção os resultados mostram que os cursos de interesse eram Direito, Psicologia, Arquitetura, Enfermagem, Engenharia Ambiental e Medicina.

Aliada a esta constatação, a universidade pública e gratuita também se torna veículo fundamental de escolha do curso. Mesmo o curso de Serviço Social não sendo a principal opção dos estudantes, 88% afirmaram que vão concluir o curso, 4% declaram o interesse em transferir para outro curso, sendo o curso de Direito a escolha para transferência, e 8% preferiram não responder ao questionamento.

Para Zago (2007) falar globalmente de escolha implica ocultar questões que envolvem as condições sociais, as econômicas e as culturais da família e o histórico de escolarização do candidato. Para a maioria das pessoas não existe “escolha”, mas adaptação ajuste a sua realidade.

Isto significa dizer que a origem social exerce forte influência na “escolha” e acesso às carreiras prestigiosas. Ou seja, quanto maiores os recursos dos pais, mais os filhos terão chances de acesso ao ensino superior e em cursos seletivos, mais orientados para diplomas prestigiosos e empregos com melhor remuneração (GRIGNON; CRUEL, 1999, p. 183).

Por outro lado, em relação à própria “escolha” do curso superior, muitos estudantes, por desconhecimento da realidade do mercado e por considerarem experiências com disciplinas do ensino médio, ingressam na universidade com uma imagem “engessada” da profissão.

Entrar para a universidade, de acordo com Portes (2006), é adentrar num mundo novo, desconhecido, é ter a possibilidade de interação com práticas culturais mais legítimas, sobretudo quando se considera a atual realidade da educação básica pública brasileira, em que não se constata, na maioria das vezes, a presença de atividades que priorizem o teatro, artes, concertos, cinemas e literatura.

Sobre a atuação dos estudantes na área do curso, ao final deste, 88% responderam que vão atuar na área de Serviço Social e 12% não quiseram responder. É importante compreender que o término da universidade se traduz em uma nova fase da vida, marcada pela tentativa de exercer a profissão escolhida.

No entanto, os recém-formados vêm encontrando dificuldades em relação ao mercado de trabalho. Nestes casos, a nítida redução de empregos acaba por responsabilizar o indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso profissional, exigindo, além do diploma, “características pessoais, competências específicas, redes de relações, além de sua capacidade de ajustar-se a diferentes demandas de trabalho” (TEIXEIRA; GOMES, 2004, 112).

Além disso, há uma gama de profissional desempregados em decorrência da expansão desmedida das faculdades privadas e de ensino à distância, com um intenso processo de certificação e conseqüentemente o que Iamamoto (2011) chama de exército assistencial de reserva, ou seja, um aumento significativo no número de profissionais.

É importante ressaltar que a conclusão do curso universitário, envolve não apenas a possibilidade de independência financeira em relação à família (para uns), além de seu estabelecimento na vida adulta, mas também, o momento de reavaliação das escolhas realizadas, experiências vividas, além da antecipação do que está por vir, em termos profissionais e pessoais.

A universidade pública realiza de forma integral seu papel quando gera, sistematiza e socializa o conhecimento e o saber, com o intuito da formação de profissionais e cidadãos com a competência de tornar a sociedade mais justa e igualitária. O retorno imediatista não é de responsabilidade da universidade. Para se atingir o objetivo de um processo de ensino-aprendizagem de excelência é necessária a formação de profissionais com competência técnica, científica e social, de modo que possam confrontar os desafios e enfrentar os impasses da sociedade.

Em suma, podemos constatar que o papel da Assistência Estudantil tem grande relevância para a permanência dos estudantes no ensino superior, porém a

mesma não se efetiva como se deveria, a demanda é maior do que a oferta, tornando assim uma política, seletiva e excludente, que está intimamente ligada à expansão das universidades com a implantação do REUNI.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises empreendidas neste estudo nos permitiu identificar que, os estudantes de Serviço Social da UFCG em sua maioria são mulheres (92%), solteiros/as (69%), com idade variada (de 16 anos a mais de 40 anos) e residem com os pais (65%). Percebemos ainda um número significativo de alunos que são de outros estados e que estudam na referida instituição.

Assim, verificamos que uma grande porcentagem de alunos é advinda de outras cidades, de modo que muitos deles possuem dificuldades no que diz respeito à moradia, a problemas financeiros, a locomoção na cidade, entre outros problemas.

Um índice que chama atenção em relação à pesquisa são os 23% dos alunos que trabalham e estudam. Diante disso, é possível verificar que as classificações afirmadas por Moraes (2011) acerca do “estudante em tempo integral”, “estudante trabalhador”, e “trabalhador estudante” são verificadas na UFCG Campus de Sousa no curso de Serviço Social. Isso foi concluído pelo número de bolsas acadêmicas (42%), e pelo próprio rendimento mensal familiar (68% recebem de um a dois salários mínimos), existe uma tendência de crescimento no número de “estudantes bolsistas”, apesar do número de estudantes trabalhadores no curso de Serviço Social.

As transformações atuais e seus rebatimentos no processo de formação profissional do assistente social possibilitam visualizar um novo perfil do estudante de Serviço Social. São estudantes que leem muito pouco, que não costumam ir com frequência à biblioteca, mas está em sua maioria conectada a internet, e seguem, portanto, a nova tendência de virtualização das relações sociais.

A escolha do curso de Serviço Social está pautada na identificação com a profissão, diferenciando-se da sua gênese, na qual as primeiras estudantes buscavam ajudar o próximo. No entanto, mesmo identificando divergências, convergências em relação ao passado ainda se fazem presentes como o fato de que a maioria dos estudantes ainda são mulheres.

Consideramos urgente a implantação de políticas estudantis que possam garantir a permanência dos estudantes do curso de Serviço Social na universidade pública, gratuita e de qualidade.

Entendemos esses resultados como dimensões de mudanças tais como: a participação familiar, o trabalho, a assistência estudantil, e o maior reconhecimento

do curso de Serviço Social da UFCG Campus de Sousa na região e para além dela, além da crescente conquista de espaço no mercado de trabalho por parte do Serviço Social.

A assistência estudantil deve propiciar meios para garantia da qualidade da permanência do estudante na universidade e, conseqüentemente, a qualidade do seu processo de aprendizado, através do controle de evasão e retenção e, conseqüentemente contribuindo para a legitimação da democratização ao ensino permanência nesse.

A implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em 2008, ao tempo que representa um avanço – pois visa atender à demanda dos alunos de baixa condição socioeconômica para sua permanência nas universidades –, apresenta inúmeros desafios para sua efetivação dado o cenário de crise do capital e as determinações do Banco Mundial para a política de educação, como a existência da seletividade para acesso aos programas de bolsas, a exemplo do Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação, a partir da adesão das universidades ao REUNI.

Considera-se ser um consenso o fato de que o PNAES foi de grande importância para a assistência estudantil e um marco em sua história, trazendo grande contribuição para a efetivação do direito de acesso e permanência dos estudantes na universidade.

Ao entrar para a universidade, alguns alunos são motivados, dentre outras coisas, pela perspectiva de alcançar um melhor padrão de vida, estando incluídos aí um bom nível salarial e elevação na escala social. Para isso, muitos acabam escolhendo cursos menos concorridos apenas pela obtenção do diploma e, em muitos casos, acabam se decepcionando e optando pela desistência do curso.

A evasão é um fenômeno cujas conseqüências não se restringem apenas ao indivíduo que abandona os estudos, mas atingem também o bolso do cidadão, em se tratando de IES públicas, e a sociedade como um todo, em termos de perda de profissionais capacitados. Entender os diferentes mecanismos que propiciam o fenômeno da evasão e suas conseqüências nos respectivos setores é fundamental para uma análise aprofundada desta questão e, posteriormente, para a elaboração de medidas que reduzam as taxas de evasão na UFCG.

A luta pela ampliação da educação pública em todos os níveis está associada à luta por medidas que garantam a permanência dos estudantes, desde o

transporte, a alimentação e a moradia até suporte acadêmico, bibliotecas e laboratórios de informática. É para a garantia dos direitos de acesso e, sobretudo, permanência com qualidade dos trabalhadores no ensino superior que a assistência estudantil é fundamental.

Espera-se que este trabalho possa contribuir para se pensar no perfil que tem hoje os estudantes de Serviço Social da UFCG, como fatores ligados a falta de assistência aos estudantes está relacionada com a evasão, como a expansão desordenada do ensino superior e das IFES tem contribuído com a evasão nos cursos superiores.

Esperamos também que, este trabalho possa servir de base para o tratamento de novos e/ou antigos questionamentos, ainda não respondidos, e possíveis estudos sobre a política de assistência aos estudantes, que exerce papel tão importante, na perspectiva de garantir a inserção e permanência dos estudantes nas universidades públicas, mas que foi tão negligenciada e ao mesmo tempo esquecida pelo poder público durante tanto tempo.

6 REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **A corrosão do trabalho e a precarização estrutural.** . In: Revista Margem Esquerda nº 18, São Paulo: Boitempo, junho de 2012. (42-47).

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).** Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.

ALVES, Jolinda de Moraes Alves. A assistência estudantil no âmbito da política de educação superior pública. In: **Serviço Social em Revista**, Londrina/PR, v.5, nº1, jul./dez.2002. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.revista/c_v5nl_Jo.htm>. Acesso em: 22 de mar. 2017.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – ANDIFES. **A ANDIFES.** Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/institucional/a-andifes>>, acessado em 14/03/2017.

UFCG. **PORTARIA Nº 144, DE 06 DE AGOSTO DE 2014.** Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br:8080/chamadas/downloads/147687.pdf>>. Acesso em 20 de mar. de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 23 abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Reuni: Reestruturação e expansão das universidades federais.** Brasília: MEC, 2007a.

BRASIL. **Decreto presidencial número 6.069.**Diário Oficial da União, Brasília, 24 abr. 2007b.

BRASIL. Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 01 de set de 2016.

BOSCHETTI, I. **Condições de trabalho e a luta dos(as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas.** Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 107, p. 557-584, jul./set. 2011.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CARDOSO, R. C. L.; SAMPAIO, H. **Estudantes universitários e o trabalho**. RBCS, nº 26, outubro de 1994.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social (Org.). **Assistentes Sociais no Brasil. Elementos para estudo do perfil profissional**. Brasília /Maceió, UCFESS-UFALCRESS, 2005. 73 p.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. In: Revista Brasileira de Educação. – nº 24, Ser./Out./Nov./ Dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 15/02/2017 às 21h19min.

CHESNAIS, François. **Mundialização: o capital no comando**. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-02.pdf>>. Acesso: 08 de Janeiro de 2017 às 11h45min.

COSTA, A. L. da. **Evasão dos cursos de graduação da UFRGS em 1985, 1986 e 1987**. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da educação superior: avanços e riscos**. EccoS. São Paulo, v. 10, n. especial, p. 67-93, 2008.

FALCÃO, Iuri. **Os impactos da reestruturação produtiva sobre o exército industrial de reserva**. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt7/os_impactos.pdf>. Acesso: 15 de março de 2017 às 17h00min.

FINATTI, B. E. **Perfil sócio, econômico e cultural dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina-UEL**- Indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil. Libertas, Juiz de Fora, v.2, n.1, p. 188 – 206, dez/2007.

FONAPRACE. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Belém, 2007. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/proae/files/2009/08/plano-nacional-de-assistencia-estudantil.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

FONAPRACE. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. In: Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares / Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX: 2012. Disponível em:

<<http://www.prace.ufop.br/novo/pdfs/fonaprace/Revista%20Fonaprace%2025%20Anos.pdf>>. Acesso em: 23 de abr de 2016.

FREIRE, A. dos S., CÂNDIDO, S. da S. **Uma Análise da Origem do Serviço Social no Brasil**. In: Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira, Ano VI - nº 08, setembro 2013 – ISSN – 1983 –1285.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 2006.

GUERRA, Yolanda. **Formação Profissional em Serviço Social: polêmicas e desafios**. In: Sociabilidade burguesa e serviço social. Alzira Lewgoy [et.al.]; Organizadores: José Fernando Siqueira da Silva, Raquel dos Santos Santa'Anna, Edvânia Ângela de Souza Lourenço. – 1. ed. – Rio de Janeiro: editora Lumen Juris, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. – 29. ed.– São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetício: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

IIDA, A. M. F. (Org.). **Números do Ensino Superior Privado no Brasil 2011: Ano base 2010**. Brasília: ABMES Editora, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **População de Sousa**. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/233RI>>. Acesso em: 15 de abril. 2016.

JUNCA, D. C. de M.; PAIXÃO, R. M. M. **Perfil dos acadêmicos do Departamento de Serviço Social de Campos**. Relatório de Projeto de pesquisa apresentado ao Departamento de Serviço Social de Campos, Campos dos Goytacazes, mar. 2000.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula**. – São Paulo: Xamã, 2007.

LOBO, M. B. de C. M. **Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções.** ABMES Cadernos. Brasília, set./dez. 2012.

MOTA, A. E. **Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista**
In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais, Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

MARQUES, S. R. **A Questão da Acessibilidade nos Programas de Assistência Estudantil:** a partir da análise avaliativa dos/as assistentes sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís – Maranhão, 2015.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital: Os fatos e sua interpretação marxista / Ernest Mandel** [tradução de Juarez Guimarães, João Machado Borges]. – São Paulo : Ensaio ; Campinas, SP : Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MARQUES, S. R. **O Exercício Profissional do Assistente Social na Política De Assistência Estudantil da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.** VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís - Maranhão, 2015.

MARX, Karl. **O capital: Crítica da Economia Política.** Livro 1: O processo de Produção do Capital – 8. ed. – São Paulo : DIFEL, 1890 ; v. 2.

MEC – Ministério da Educação. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas.** Avaliação: Revista de rede de avaliação institucional da educação superior. Campinas, v. 1, n. 2, p. 55-65, dez. 1996.

MELLO, S. P. T. de.; SANTOS, E. G. dos. **Diagnóstico e alternativas de contenção da evasão no curso de administração em uma universidade pública no sul do Brasil.** Revista GUAL. Florianópolis, v. 5, n. 3, p.67-80, dez. 2012.

MÉZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** – São Paulo: Boitempo/Unicamp, 2002.

MORAES, C. A. de S., BOTELHO, T. M., FONSECA, T. A., ALMEIDA, D. de O., BASTOS, J. C. **O estudante do ensino superior: identificando categorias de análise.** Vértices, Campos dos Goytacazes, v. 13, n. 3, p. 205-218, set./dez. 2011.

MORAES, C. A. de S.; ALMEIDA, D.de O.; BASTOS, J. C.; BOTELHO, T. M.; FONSECA, T. A. **Estudante universitário e ensino superior: da formação**

acadêmica às informações dos acadêmicos. XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90 / Ana Elizabete Simões da Mota Fernandes. – ed. – São Paulo, Cortez, 2005.

MUZZETE, L. R. **Trajetória social, dote escolar e mercado matrimonial**: um estudo de normalistas formadas em São Carlos nos anos 40. Tese (Doutorado em educação)- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1997.

NASCIMENTO, C. M. **Assistência Estudantil e Contrarreforma universitária nos anos 2000**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Transformações societárias e Serviço Social**: notas para uma análise prospectiva do Serviço Social no Brasil. Serviço Social e Sociedade, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Crise do capital e consequências societárias**. In: Revista Serviço Social & Sociedade, nº 111, jul./set. 2012. (p.413-429)

NEVES, L. M. W. **Reforma universitária do governo Lula**: reflexões para o debate. SP: Xamã, 2004.

NEVES, L. M. W.; SIQUEIRA, A (org.). **Educação superior**: uma reforma em processo. SP: Xamã, 2006.

OLIVEIRA, F. B. de. **Desafios da educação: contribuições estratégicas para o ensino superior**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

PEIXOTO, M. C. L.; BRAGA, M. M.; BOGUTCHI, T. F. **A evasão no ensino superior brasileiro**: o caso da UFMG. Avaliação-Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Campinas, vol8, n.1, mar, 2003, p.161-189.

PEREIRA, L. D. **Educação Superior e Serviço Social**: o aprofundamento mercantil da formação profissional a partir de 2003. In: Serviço Social e Sociedade, v. 1, p. 151-173. São Paulo: Cortez, 2008.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “Nova questão social”?**: raízes materiais e humanossociais do pauperismo de ontem e de hoje / Edlene Pimentel. – Maceió : EDUFAL, 2007.

PINTO, M. B. **A contra-reforma do ensino superior e a desprofissionalização da graduação em Serviço Social**. In: Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social, Ano3, nº 6, abril de 2007. ISSN - 1807-698X.

POLYDORO, S. A. J. **O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica douniversitário**: condições de saída e retorno à instituição. Faculdade de Educação – UNICAMP, (Tese de Doutorado), 2000.

PORTES, E. A. **Algumas dimensões culturais da trajetória de estudantes pobres no ensino superior público**: o caso da UFMG. R. Bras. Est. Pedag., Brasília, v.87, n. 216, p. 220 – 235, maio/ago, 2006.

SCHARGEL, F. P; SMINK, J. **Estratégias para Auxiliar o Problema de Evasão Escolar**. Rio de Janeiro: Dunya, 2002.

SILVA FILHO, R. L. L.; MOTEJUNAS, P. R.; HIPÓLITO, O.; LOBO, M. B. de C. M. **A evasão no ensino superior brasileiro**. Cadernos de pesquisa. São Paulo, v. 37, n. 132, p.641-659, set./dez. 2007.

SILVA, L. M. Mulher e Cultura. Cadernos do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher. Belo Horizonte/MG: Universidade Federal de Minas Gerais, 1987.

SILVA JR, J.dos R.; SGUISSARD, V. **Novas faces da educação superior no Brasil**. Reforma do estado e mudança na produção. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

SILVEIRA, F. L. **Um exemplo de análise multivariada aplicada à pesquisa quantitativa em ensino de ciências**: Explicando o desempenho dos candidatos ao curso vestibular de 1999 da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Investigações em Ensino de Ciências, Porto Alegre, vol.4, n.2, p.161-180, 1999.

SILVEIRA, M. M. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior**: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. 2012.157f. Dissertação. (Mestrado em Política Social). Universidade Católica de Pelotas, Pelotas. 2012.

SOUZA, I. M. de. **Causas da evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina**.1999. 150f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Centro Sócio-econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

TEIXEIRA, M. A. P.; GOMES, W.B. **Estou me formando... E agora?** Reflexões e perspectivas de jovens formandos universitários. Rev.. Bras. de Orientac. Prof., v.5, n.1, São Paulo, Jun., 2004.

UFCG. **Edital nº 001/2016**:abertura de seleção para: os Programa de Auxílio Moradia e Residência Universitária.2016. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br:8080/chamadas/downloads/077535>>.pdf. Acesso em: 12 de mar. de 2017.

ZAGO, N. **Do acesso à permanência no ensino superior**: percursos de estudantes universitários de camadas populares. Revista Bras. de Educação, v. 11, n. 32, maio/ago. 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE I

QUESTIONÁRIO

Nome (Opcional)	
1. Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> prefiro não declarar / não sabe.	2. Idade: <input type="checkbox"/> 16-21 <input type="checkbox"/> 22-27 <input type="checkbox"/> 28-33 <input type="checkbox"/> outros. <input type="checkbox"/> prefiro não declarar/não sabe
3. Estado civil: <input type="checkbox"/> Solteiro (a) <input type="checkbox"/> Casado (a) <input type="checkbox"/> Divorciado (a) <input type="checkbox"/> Viúvo (a) <input type="checkbox"/> União estável <input type="checkbox"/> Prefiro não declarar/não sabe	4. Naturalidade <input type="checkbox"/> Brasileiro (a) <input type="checkbox"/> Estrangeiro (a) naturalizado (a) Quais pais? _____ <input type="checkbox"/> Prefiro não declarar/não sabe
5. Estado de Origem _____ <input type="checkbox"/> Prefiro não declarar/não sabe	6. Município de Origem: _____ <input type="checkbox"/> Prefiro não declarar/não sabe
7. Em seu município de origem morava na região: <input type="checkbox"/> Urbana (central) <input type="checkbox"/> Urbana (periferia) <input type="checkbox"/> Rural (sitio, fazenda) <input type="checkbox"/> Era nômade (sem região fixa) <input type="checkbox"/> Prefiro não declarar/não sabe	8. Com quem você mora no município de origem e na cidade que estuda? <input type="checkbox"/> Pais <input type="checkbox"/> Cônjuge <input type="checkbox"/> Filhos <input type="checkbox"/> Sogro <input type="checkbox"/> Amigos <input type="checkbox"/> Outros _____ <input type="checkbox"/> Prefiro não declarar/não sabe
9. Tem filhos no caso de sim quantos? _____ <input type="checkbox"/> Prefiro não declarar/não sabe	10. Atualmente você <input type="checkbox"/> Apenas estuda <input type="checkbox"/> Apenas trabalha <input type="checkbox"/> Trabalha e estuda <input type="checkbox"/> Prefiro não declarar/não sabe
11. Recebe algum tipo de bolsa permanência na instituição de ensino? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Prefiro não declarar/não sabe	12. Qual a sua renda familiar mensal? <input type="checkbox"/> menos 1salario mínimo (até R\$ 724,00) <input type="checkbox"/> de 1 a 2 salários mínimos(entre R\$ 724,00 e R\$ 1448,00) <input type="checkbox"/> de 2 a 5 salários mínimos(entre R\$ 1448,00 e R\$3620,00) <input type="checkbox"/> Mais de 5 salários mínimos(acima de R\$ 3620,00) <input type="checkbox"/> Prefiro não declarar/não sabe
13. Concluiu o ensino médio em: <input type="checkbox"/> Escola Publica <input type="checkbox"/> Escola Privada <input type="checkbox"/> Supletivo <input type="checkbox"/> EJA <input type="checkbox"/> Prefiro não declarar/não sabe	
14. Serviço social foi sua principal opção? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não, qual seria sua opção? _____ <input type="checkbox"/> Prefiro não declarar/não sabe	15. Pretende concluir o curso de serviço social? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> tenho interesse de transferir o curso para uma outra área? Qual? _____ <input type="checkbox"/> Prefiro não declarar/não sabe
16. Costuma ler? <input type="checkbox"/> Nunca <input type="checkbox"/> Regulamente <input type="checkbox"/> Nem sempre <input type="checkbox"/> Só quando necessário <input type="checkbox"/> Prefiro não declarar/não sabe	17. Com que frequência vai a biblioteca da instituição? <input type="checkbox"/> Nunca <input type="checkbox"/> Regulamente <input type="checkbox"/> Nem sempre <input type="checkbox"/> Só quando necessário <input type="checkbox"/> Prefiro não declarar/não sabe
18. No curso, você se sente motivada a leitura <input type="checkbox"/> Sim	19. Quais disciplinas você mais tem afinidade? <input type="checkbox"/> Especificas do serviço social () Sociologia

<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Prefiro não declarar/não sabe	<input type="checkbox"/> Filosofia <input type="checkbox"/> Historia <input type="checkbox"/> Outras _____ <input type="checkbox"/> Prefiro não declarar/não sabe
20. Em relação a corrente ideológica do curso (marxismo) qual ser posicionamento ante a mesma? <input type="checkbox"/> Tenho afinidade <input type="checkbox"/> Não tenho afinidade <input type="checkbox"/> Desconheço <input type="checkbox"/> Prefiro outra, qual? _____ <input type="checkbox"/> Prefiro não declarar/não sabe	21. Ao concluir o curso de serviço social, pretende atuar na área? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Prefiro não declarar/não sabe

APÊNDICE II
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,
portador do RG _____, CPF _____, fui
informada/o que a pesquisa **A EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: TENDÊNCIAS
ATUAIS NO CONTEXTO DA PRECARIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL** é desenvolvida a partir dos pressupostos do Projeto Ético-Político do
Serviço Social, a ser realizada sob responsabilidade da pesquisadora:
_____, e com orientação do Professor(a):
_____.

Em face ao exposto, concordo em participar da mesma, com a garantia de
anonicidade e sigilo com relação a todo o conteúdo e que as informações coletadas
sejam utilizadas para efeito de análise e divulgação científica. Estou ciente de que
posso retirar o meu consentimento a qualquer tempo, informando minha decisão as
pesquisadoras, sem que isso acarrete nenhum tipo de prejuízo a minha vida
pessoal.

Pesquisadora: _____

Endereço: _____

Celular: _____

E-mail: _____

Orientadora: _____

E-mail: _____